DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVII • Nº 7713 • SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA 1º DE SETEMBRO DE 2022 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Ex de Bolsonaro declara mansão de R$ 3,2 milhões pelo valor de R$ 829 mil

Embora a ex-esposa do presidente Bolsonaro (PL) e candidata à deputada distrital Ana Cristina Valle (PP-DF) tenha declarado à Justiça Eleitoral ser dona de um imóvel que disse ter adquirido por R$ 829 mil, o valor registrado na escritura é de R$ 2,9 milhões em 2021, apontado por Geraldo Antônio Machado, suposto proprietário anterior, e de R$ 3,2 milhões, conforme avaliado por corretores feita no ano passado. A informação é do portal Metrópoles. Em entrevista ao UOL há um ano, Ana Cristina negou que era dona do imóvel, localizado no Lago Sul, área nobre de Brasília, e disse que o alugava por R$ 8 mil ao mês. A casa representa a maior parte do patrimônio total declarado pela candidata, de R$ 1,046 milhão. Segundo o UOL, não há registros no cartório de que Machado vendeu a casa para Ana Cristina. Ele, que era apontado como proprietário no ano passado, mora em uma casa bem mais modesta no bairro Vicente Pires, em Brasília. Pág. 03

TSE cede à Defesa e autoriza teste de urna com eleitores nas eleições

(Foto: EBC)

O ministro da Defesa, Paulo Sergio Nogueira, defendeu a inovação como medida de segurança do processo eleitoral.

Em decisão tomada ontem, 31, após nova reunião do presidente da Corte, Alexandre de Moraes, e o ministro da Defesa, Paulo Sergio Nogueira, o TSE atendeu pedido das Forças Armadas e autorizou que seja realizada no dia votação, no primeiro turno das eleições de outubro, um teste de integridade das urnas eletrônicas com participação de eleitores. O TSE concordou em fazer uma verificação em caráter experimental em algumas seções eleitorais. Até hoje, os testes de integridade das urnas eram feitos em urnas aleatórias levadas aos TREs. O exame era feito a partir de acionamento por servidores da justiça eleitoral. Os militares defendiam que o teste fosse feito numa situação real. Ou seja, numa seção eleitoral e no dia de votação com acionamento da urna de teste pelos próprios eleitores. Pág. 03

ELEIÇÕES 2022

REJEIÇÃO AOS CANDIDATOS

FONTE Datafolha

® INFOGRAFFO

Incerteza na economia cai em agosto para o menor nível desde abril

No menor nível desde abril deste ano, o Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) recuou 4,2 pontos em agosto, numa queda que corresponde a 71% da alta acumulada entre maio e julho, informou ontem, 31, a FGV. Apesar disso, o indicador continua em patamar historicamente elevado, acima da alta média de 115 pontos observada entre julho de 2015 e fevereiro de 2020. Pág. 04

Presidenciável Soraya Thronicke indicou R$ 95,2 mi do orçamento secreto

Ex-aliada de Bolsonaro, a senadora por Mato Grosso do Sul e presidenciável Soraya Thronicke (União Brasil) foi beneficiada com R$ 95,2 milhões em emendas do orçamento secreto nos últimos três anos. A senadora Mara Gabrilli (PSDB), vice na chapa de Simone Tebet (MDB), que chamou o orçamento secreto de "maior esquema de corrupção do planeta", apadrinhou R$ 19,2 milhões em emendas secretas em 2020. Pág. 03

PGR quer arquivar ação que acusa Bolsonaro de nove crimes na pandemia

Parecer assinado pela vice-procuradora-geral da República Lindôra Araújo pede o arquivamento da ação movida contra o presidente Bolsonaro por má gestão da pandemia pela Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico). A entidade atribui ao presidente nove crimes cometido na crise sanitária, entre eles prevaricação, infração de medida sanitária preventiva e incitação ao crime. Pág. 08

Dívida pública fechou julho no menor patamar desde o início da pandemia

No menor porcentual desde o início da pandemia de covid-19, em março de 2020 (77,0% do PIB), a Dívida Bruta do Governo Geral fechou julho aos R$ 7,217 trilhões, ou 77,6% do PIB. O porcentual em junho era de 78,0% e, em maio, de 78,2%. No melhor momento da série, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB. Pág. 04

Pesquisa aponta que 54% dos que recebem Auxílio Brasil votarão em Lula

(Foto: EBC)

A nova rodada da pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem, 31, mostra que 54% dos beneficiários do Auxilio Brasil têm intenção de votar no ex-presidente Lula no primeiro turno das eleições deste ano, contra 25% que declaram que votarão em Bolsonaro. O governo atual é avaliado positivamente por 30% dos eleitores, ante 40% de desaprovação. Pág. 08

Confiança do empresário retoma trajetória de alta iniciada em março

(Foto: EBC)

Retomando a trajetória ascendente iniciada em março passado, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) avançou 2,2 pontos em agosto ante julho, para 100,7 pontos, conforme dados da FGV divulgados ontem, 31. O Índice de Situação Atual Empresarial (ISA-E) evoluiu 1,0 ponto em agosto ante julho, para 101,3 pontos, maior nível desde setembro de 2013. Pág. 04

Genial/Quaest mostra Lula líder com 44%; Bolsonaro mantém 32%

Mesmo após as entrevistas dos candidatos ao Jornal Nacional e o início da propaganda de rádio e TV, o presidente Lula segue na liderança da corrida presencial, com 44% das intenções de voto, segundo a pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem, 31. Bolsonaro segue em segundo lugar com 32% e Ciro Gomes (PDT) em terceiro, com 8%. Pág. 03

Ucrânia diz ter retomado vilarejos e destruído alvos russos no sul do país

Pág. 05

Ministros do Meio Ambiente do G20 em Bali querem ação climática global

Pág. 05

Moody's corta projeção de avanço do PIB do G20 de 3,1% para 2,5% em 2022

Pág. 05

Valor médio do leite acumula aumento real de 60,7% neste ano

Com sete altas consecutivas em agosto, o preço do leite captado em julho e pago ao produtor subiu 11,8% apenas no mês passado, chegando a R$ 3,5707/litro na "média Brasil" líquida do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). O valor médio do leite acumula avanço real de 60,7% desde janeiro/22 (os dados foram deflacionados pelo IPCA de julho/22). Pág. 04

Setor pública fechou julho com superávit de R$ 20,4 bilhões

O setor público consolidado, formado por União, estados, municípios e empresas estatais, registrou em julho superávit primário de R$ 20,440 bilhões, ante déficit primário de R$ 10,283 bilhões em comparação a julho do ano passado, informou ontem, 31, o Banco Central. Em 12 meses, as contas acumulam superávit primário de R$ 230,554 bilhões, ou 2,48% do PIB. Pág. 04

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.212,00
IPCA (IBGE) - mês	-0,68%
IGP-M (FGV) - mês	-0,70%
IPC (FIPE) - mês	0,16%
TR pré	0,2082%
Taxa básica financeira - TBF	1,0499%
Ibovespa (pontos)	109.522
Poupança (mês)	0,74%
CDB pré 30 dias - ano	13,26%
CDB pré 90 dias - ano	13,31%
CDI acumulado - mês	1,17%
CDI anualizado	13,65%
Dólar comercial	R$ 5,2010/R$ 5,2020
Dolar turismo	R$ 5,3100/R$ 5,4050
Euro turismo	R$ 5,2250/R$ 5,2260

DocuSigned by:
Diario de Noticias
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

LEIS & PROJETOS

Câmara aprova projeto que susta regras sobre planos de saúde de empregados de estatais

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (13) o Projeto de Decreto Legislativo 956/18, da deputada Erika Kokay (PT-DF), que suspende os efeitos da Resolução 23/18 do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sobre novas regras para o custeio de planos de saúde para empregados de estatais federais. A matéria, aprovada por 365 votos a 39, será enviada ao Senado.

Entre outros pontos, a resolução não considera mais os progenitores como dependentes, resultando em pagamento adicional para os usuários empregados das estatais; determina a paridade de contribuições entre empregador e empregado; e limita o custeio de planos de assistência a um teto sobre a folha de pagamento. Erika Kokay afirma que a resolução, criada pela então Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), tratou de matéria além de sua competência por ter causado interferência no funcionamento de entidades de assistência à saúde submetidas ao regramento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

“Os planos de saúde de autogestão não podem ser aceitados, como estão sendo agora, e tampouco os servidores, já que esses planos acabam ficando inviabilizados”, destacou a deputada.

O projeto foi aprovado com parecer favorável do relator, deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ).

Câmara aprova MP que aumenta em 1% a alíquota da CSLL de bancos; acompanhe

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (30) a Medida Provisória 1115/22, que eleva em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras (como bancos e corretoras de câmbio), companhias de seguro e de capitalização entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022. Os bancos vão pagar 21% de CSLL; e as demais instituições, 16%.

O governo afirma que a MP busca manter o equilíbrio orçamentário-financeiro da União e vai gerar um aumento de arrecadação estimado em R$ 244,1 milhões neste ano.

Relator da proposta, o deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM) rejeitou as alterações e recomendou a aprovação do texto original da MP. Ele destacou ser contrário ao aumento de impostos, mas afirmou que as instituições financeiras têm condições de dar uma parcela um pouco maior de contribuição por um curto período de tempo em 2022.

“Em situações especiais, são também necessárias medidas excepcionais, como é o momento pelo qual passamos no Brasil, em que se requer o incremento de arrecadação para o financiamento de importantes políticas públicas”, disse.

Debate em Plenário - O líder do Novo, deputado Tiago

(Foto: Câmara)

O líder do Novo, deputado Tiago Mitraud (MG), discursou contra a proposta. “Por que em vez de aumentar impostos através desta medida provisória o governo não reduz despesas do Executivo, não veta o orçamento secreto ou corta as emendas parlamentares?”, questionou.

Mitraud (MG), discursou contra a proposta. “Por que em vez de aumentar impostos através desta medida provisória o governo não reduz despesas do Executivo, não veta o orçamento secreto ou corta as emendas parlamentares?”, questionou.

O deputado Kim Kataguiri (União-SP) também cobrou corte de gastos do governo e criticou o aumento da tributação dos bancos.

Já a oposição aproveitou a votação para defender o aumento da tributação do sistema financeiro para além do tempo previsto pela MP.

A líder do Psol, deputada Sâmia Bomfim (SP), afirmou que o aumento de impostos sobre o sistema financeiro deveria ser permanente. “Esta MP é uma oportunidade para debater a injustiça da lógica tributária no País”, disse.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) ressaltou que o sistema financeiro registra lucros cada vez maiores e, por isso, deveria pagar mais impostos, especialmente os que financiam a assistência social. “Quando estamos discutindo o aumento da CSLL, nós estamos aqui fazendo justiça social. É óbvio que 1% é muito pouco e não tem sentido que esse processo seja extinto no final do ano”, disse.

Câmara aprova MP que aumenta em 1% a alíquota da CSLL de bancos; acompanhe

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, terça-feira (30) a Medida Provisória 1115/22, que eleva em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras (como bancos e corretoras de câmbio), companhias de seguro e de capitalização entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022. Os bancos vão pagar 21% de CSLL; e as demais instituições, 16%.

O governo afirma que a MP busca manter o equilíbrio orçamentário-financeiro da União e vai gerar um aumento de arrecadação estimado em R$ 244,1 milhões neste ano.

Relator da proposta, o deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM) rejeitou as alterações e recomendou a aprovação do texto original da MP. Ele destacou ser contrário ao aumento de impostos, mas afirmou que as instituições financeiras têm condições de dar uma parcela um pouco maior de contribuição por um curto período de tempo em 2022.

“Em situações especiais, são também necessárias medidas excepcionais, como é o momento pelo qual passamos no Brasil, em que se requer o incremento de arrecadação para o financiamento de importantes políticas públicas”, disse.

Debate em Plenário - O líder do Novo, deputado Tiago Mitraud (MG), discursou contra a proposta. “Por que em vez de aumentar impostos através desta medida provisória o governo não reduz despesas do Executivo, não veta o orçamento secreto ou corta as emendas parlamentares?”, questionou.

O deputado Kim Kataguiri (União-SP) também cobrou corte de gastos do governo e criticou o aumento da tributação dos bancos.

Já a oposição aproveitou a votação para defender o aumento da tributação do sistema financeiro para além do tempo previsto pela MP. A líder do Psol, deputada Sâmia Bomfim (SP), afirmou que o aumento de impostos sobre o sistema financeiro deveria ser permanente. “Esta MP é uma oportunidade para debater a injustiça da lógica tributária no País”, disse.

Comissão aprova projeto que prevê suspensão de posse de arma para agressor de crianças e jovens

(Foto: Câmara)

O deputado Luis Miranda recomendou a aprovação do projeto, com ressalvas.

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2637/19, que impõe aos agressores de crianças e jovens restrições à posse e ao porte de arma de fogo. O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa lei já prevê o afastamento do agressor da moradia comum.

Apresentada pelo deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), a proposta foi aprovada por recomendação do relator, deputado Luis Miranda (Republicanos-DF). “Entre 85 países, o Brasil é o terceiro mais letal para crianças e adolescentes, e diversas medidas precisam ser tomadas para enfrentar esse grave problema”, afirmou Miranda. Pelo texto aprovado, quando verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual praticados por pais ou responsáveis, a autoridade judiciária deverá apurar se o agressor possui registro de porte ou posse de arma de fogo e, em caso positivo, deverá suspender a posse ou restringir o porte de arma. Por meio de complementação de voto, Luis Miranda ressalvou na proposta que essa futura regra não se aplicará a agentes de segurança citados na Constituição. “Nesses casos, a legislação específica é ainda mais rigorosa”, justificou o relator.

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na versão original, a proposta foi aprovada em julho último pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Deputada espera eleição de no mínimo 25% de mulheres para compor a Câmara em 2023

A deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) afirmou, terça-feira (30), esperar a eleição de, no mínimo, 25% de mulheres para a Câmara dos Deputados para a próxima legislatura. Hoje as deputadas ocupam 15% das cadeiras. A declaração foi dada no seminário que comemora um ano da lei de combate à violência política contra a mulher (Lei 14.192/21).

No evento promovido pela Secretaria da Mulher e pela Procuradoria da Mulher da Câmara, também foram apresentadas outras normas novas que podem ajudar a aumentar o número de eleitas e foi lançado o sistema de monitoramento eleitoral do Observatório de Mulheres na Política da Câmara dos Deputados. “Tenho certeza que nós vamos ampliar a participação das mulheres na Câmara federal e quem sabe a gente chegue a 25% ou 30% nesta legislatura, porque as ferramentas para isso estão sendo dadas, que são o tempo de televisão e rádio, ocupação dos espaços dentro das executivas dos partidos e também o financiamento, que é inegável que ajuda na campanha das mulheres”, afirmou Carmem Zanotto. Segundo a parlamentar, quando o financiamento era privado os recursos destinados às candidatas não passava de 5% ou 10% do total. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2018, previu a destinação de, no mínimo, 30% dos recursos públicos destinados à campanha eleitoral para as candidaturas femininas. Neste ano, a Emenda Constitucional 117 inseriu a regra na Constituição.

Aumento de candidatas - O analista legislativo João Carlos Costa chamou a atenção para o aumento do número de candidaturas femininas para a Câmara dos Deputados neste ano. Conforme ele, o percentual de mulheres candidatas ao cargo passou de 31,6% para 34,5%. Ele levanta a hipótese de que isso seja influenciado pela reforma eleitoral aprovada pelo Congresso no ano passado (Emenda Constitucional 111), que adotou novas regras para incentivar a eleição de mulheres e negros para a Câmara dos Deputados.

Especialistas cobram do governo detecção da Atrofia Muscular Espinhal pelo Teste do Pezinho

Especialistas e familiares de pacientes cobraram do Ministério da Saúde a antecipação da quinta etapa do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), para que o chamado Teste do Pezinho, que detecta doenças genéticas, possa incluir com mais rapidez a Atrofia Muscular Espinhal (AME).

Em audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, terça-feira (30), a secretária de atenção especializada à saúde do Ministério da Saúde, Maira Botelho, afirmou que a inclusão da doença vai ser antecipada para a quarta fase, junto com a detecção de problemas no sistema imunológico, mas não estipulou prazo para a mudança.

Uma lei sancionada em maio do ano passado (Lei 14.154/21), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, amplia de 6 para 53 o número de doenças que podem ser rastreadas pelo Teste do Pezinho. A norma prevê que essa ampliação se dê em cinco fases e a Atrofia Muscular Espinhal estaria na última etapa (veja quadro abaixo).

A doença é rara, degenerativa, transmitida de pai para filho e progressiva. Atinge os neurônios motores, prejudicando, além da mobilidade, funções como a respiração e a deglutição. Não há cura, mas a detecção e o tra-

(Foto: Câmara)

Eduardo da Fonte quer garantir acesso a novas medicações para crianças com a doença.

tamento precoces dão mais qualidade de vida aos pacientes.

Tratamento - Neurologista e membro do Instituto Nacional de Atrofia Muscular Espinhal (Iname), entidade da sociedade civil, Edmar Zanoteli estima entre 260 e 470 casos da AME anualmente no Brasil e diz que mais de 50% dos casos são da forma mais grave da doença e que 90% das crianças não sobrevivem ou se tornam dependentes de ventilação mecânica para respirar.

Um medicamento já está disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) e outros dois, já aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), estão em processo de incorporação.

A partir de estudos científicos, o neurologista Edmar Zanoteli aponta a eficácia dos tratamentos que começam precocemente. “As crianças que receberam essas terapias numa fase pré-sintomática tiveram um desfecho extremamente favorável: todas se mantiveram vivas, fora de ventilação mecânica, sem necessidade de gastrostomia (abertura no estômago para a administração de alimentos) e adquirindo marcos motores tanto para sentar como para andar.”

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Noticias
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

POLÍTICA

TSE cede às Forças Armadas e promete teste de urna com eleitores na eleição

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cedeu à cobrança das Forças Armadas para que seja realizado no dia de votação um teste de integridade das urnas eletrônicas com participação de eleitores. O Ministério da Defesa vinha insistindo que essa testagem fosse realizada nas seções de votação. O TSE concordou em fazer uma verificação em caráter experimental em algumas seções eleitorais.

A Corte informou que a mudança na testagem dos equipamentos será parte de um "projeto piloto complementar", mas não detalhou se o procedimento será adotado ainda nas eleições deste ano.

A decisão foi tomada ontem, 31, em nova reunião do presidente do TSE, Alexandre de Moraes, com o ministro da Defesa, Paulo Sergio Nogueira, para tratar da segurança das urnas eletrônicas e da transparência do processo de preparação das eleições. Esse foi o segundo encontro entre as duas autoridades num intervalo de oito dias. Diferentemente da primeira agenda, os dois estiveram acompanhados de técnicos das Forças Armadas e da Justiça Eleitoral.

(Foto: EBC)

O ministro da Defesa, Paulo Sergio Nogueira, defendeu a inovação como medida de segurança do processo eleitoral.

Até hoje, os testes de integridade das urnas eram feitos em urnas aleatórias levadas aos Tribunais Regionais eleitorais. O exame era feito a partir de acionamento por servidores da justiça eleitoral. Os militares defendiam que o teste fosse feito numa situação real. Ou seja, numa seção eleitoral e no dia de votação com acionamento da urna de teste pelos próprios eleitores.

Segundo o TSE, as áreas técnicas do tribunal e da Defesa defenderam a importância da realização do teste de integridade das urnas. O procedimento é feito desde 2002 seguindo os mesmos moldes com a finalidade de atestar a confiabilidade das urnas e gerar o último procedimento de auditoria antes do início da votação.

Soraya e vice de Tebet indicaram R$ 114 mi do orçamento secreto

(Foto: EBC)

A presidenciável Soraya Thronicke (União Brasil) foi beneficiada com R$ 95,2 milhões em emendas do orçamento secreto nos últimos três anos. Senadora por Mato Grosso do Sul, Soraya é ex-aliada do presidente Jair Bolsonaro (PL). Além dela, a senadora Mara Gabrilli (PSDB) apadrinhou R$ 19,2 milhões em emendas secretas em 2020. Ela disputa o cargo de vice-presidente na chapa de Simone Tebet (MDB).

Simone chamou o orçamento secreto de "maior esquema de corrupção do planeta". A emedebista declarou não ter recebido nenhum valor As três são as únicas parlamentares que disputam a Presidência da República este ano.

O orçamento secreto consiste na liberação de verbas federais para deputados e senadores sem transparência. Não é possível saber quem o governo atendeu e quais foram os critérios para o pagamento. O mecanismo começou a funcionar em 2020, com R$ 20,1 bilhões, e atingiu R$ 16,5 bilhões neste ano.

A liberação chegou a ser barrada pelo Supremo Tribunal Federal no ano passado, mas foi destravada. Formalmente, quem aparece como autor da indicação da verba é o relator-geral da Orçamento. A destinação dos recursos segue, no entanto, pedidos de parlamentares, cuja identidade não é possível verificar. O governo usa a liberação em troca de apoio no Legislativo. Candidato à reeleição, Bolsonaro tem sido alvo de críticas de adversários em função do orçamento secreto.

Crítico de Bolsonaro compra domínio e 'recria' site com críticas ao presidente

Um site que antes era usado para exibir feitos positivos do governo federal passou a publicar críticas e acusações contra o presidente Jair Bolsonaro (PL). O domínio "bolsonaro.com.br" foi comprado este ano por um crítico do chefe do Executivo e, agora, retrata o presidente como uma "ameaça ao Brasil".

O site reúne textos e charges críticos a Bolsonaro - uma delas retrata o presidente da República como Adolf Hitler. As publicações acusam o chefe do Executivo de "conspirar para enfraquecer a democracia", aplicar uma "política da morte" no âmbito da pandemia de covid-19 e o apontam como expoente do "neofascismo mundial".

Segundo informações de registro do domínio, o site pertence hoje a Gabriel Baggio Thomaz e sofreu sua última alteração em 11 de agosto. A reportagem tentou contato com ele, mas ainda não obteve resposta.

Até 30 de março de 2021, o domínio "bolsonaro.com.br" era usado para a divulgação de atos do governo.

(Foto: Divulgação)

"Alguns grandes feitos do governo em menos de um ano" e "ações do governo Bolsonaro para combater o coronavírus" são exemplos de links presentes na versão antiga. O site também continha a biografia do chefe do Executivo e exibia o slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", adotado pelo presidente na campanha eleitoral de 2018.

Hoje, o site conta com uma contagem regressiva para o fim deste ano, apostando na derrota do presidente nas eleições de outubro. No rodapé da página, há o aviso de que o endereço "não é administrado e nem pertence à família Bolsonaro".

O domínio não faz parte dos canais oficiais informados por Bolsonaro no registro da candidatura à reeleição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nas redes sociais, internautas dizem que o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho do presidente, esqueceu de renovar o registro. No passado, a propriedade do site era atribuída à família do presidente. Procurado pela reportagem, o Palácio do Planalto ainda não havia se manifestado até a publicação desta matéria.

Ex-mulher de Bolsonaro declara casa de R$ 829 mil avaliada em R$ 3,2 mi, diz site

A ex-mulher do presidente Jair Bolsonaro (PL) e candidata à deputada distrital Ana Cristina Valle (PP-DF) informou à Justiça Eleitoral ser dona de um imóvel que disse ter adquirido por R$ 829 mil. Segundo o portal Metrópoles, o dado é diferente do que está registrado na escritura, que apontou que Geraldo Antônio Machado, então proprietário, havia comprado a casa por R$ 2,9 milhões em 2021. Corretores avaliavam ano passado que o imóvel valeria R$ 3,2 milhões.

Em entrevista ao UOL há um ano, a ex-mulher do presidente negou que era dona da casa e disse que a alugava por R$ 8 mil ao mês. O imóvel fica localizado no Lago Sul, área nobre de Brasília. A casa representa a maior parte do patrimônio total declarado pela candidata, que é de R$ 1,046 milhão.

De acordo com o UOL, Geraldo Antônio Machado, que era apontado como proprietário no ano passado, mora em uma casa no bairro Vicente Pires, região bem mais modesta que o Lago Sul. Ainda segundo o portal, não há registros no cartório de que Machado vendeu a casa para Ana Cristina.

Registrada na urna como "Cristina Bolsonaro", a candidata à deputada distrital é mãe de Jair Renan, quarto filho do presidente. Ela trabalhava ano passado no gabinete da deputada federal Celina Leão (PP-DF), hoje candidata a vice-governadora de Ibaneis Rocha (MDB-DF), e ganhava um salário líquido de R$ 6,2 mil, valor inferior ao que dizia pagar de aluguel.

Lula tem 44%, Bolsonaro 32%, Ciro 8% e Simone 3%, diz pesquisa Genial/Quaest

Nova rodada da pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem, 31, mostra que, mesmo após as entrevistas dos candidatos ao Jornal Nacional, e o início da propaganda de rádio e TV, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) continua liderando a corrida para o Palácio do Planalto, com 44% das intenções de voto contra 32% de Jair Bolsonaro (PL).

Ambos os candidatos oscilaram negativamente 1 ponto percentual desde a última rodada da pesquisa, divulgada no dia 17 de agosto

Ciro Gomes (PDT), oscilou positivamente 2 p.p. e teria 8% dos votos no primeiro turno. Simone Tebet (MDB) se manteve estável, com 3%. Vera Lúcia (PSTU) e Pablo Marçal (PROS) tiveram 1% das intenções de voto - a pesquisa aconteceu antes de o Pros retirar a candidatura de Marçal para apoiar Lula. Os demais candidatos não pontuaram. Votos em branco e nulos são 6% e 5% dizem que não irão votar.

Sobre os votos definitivos, 65% dos eleitores entrevistados afirmam que não pretendem mudar de candidato até outubro e 33% podem mudar. Entre os candidatos, 76% dos eleitores de Lula e 75% dos de Bolsonaro disseram que não pretendem mudar suas decisões.

Segundo turno - Lula lidera as simulações de segundo turno, com 51% das intenções de voto, enquanto Bolsonaro tem 37%. Questionados sobre quem seus candidatos devem apoiar se não chegarem ao segundo turno, 48% dos eleitores de Ciro acham que o pedetista deveria apoiar Lula, 20% Bolsonaro e 25% nenhum dos dois. Entre os eleitores de Tebet, 32% acreditam que a emedebista deveria declarar apoio a Lula, 16% em Bolsonaro, e 44% em nenhum dos dois.

Ciro Gomes: 'Lula e Bolsonaro se insultam para ver quem é o mais ladrão'

O candidato à Presidência pelo PDT, Ciro Gomes, afirmou na manhã de ontem, 31, que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, "se insultam para ver quem é o mais ladrão dos dois". Em agenda de campanha no Rio de Janeiro, o pedetista se esquivou ao ser questionado se apoiará Lula em um eventual segundo turno se ficar fora da disputa. Ciro disse que os líderes nas pesquisas estão "induzindo a população para a escolha entre o coisa ruim e o coisa pior".

A primeira pesquisa do Ipec após o início da propaganda eleitoral no rádio e na televisão e as sabatinas do Jornal Nacional, da TV Globo, mostrou Ciro com 7% das intenções de voto, atrás de Lula e Bolsonaro. No levantamento anterior, divulgado no dia 15 de agosto, o pedetista tinha 6%. Ao ser questionado se pretende declarar apoio a Lula caso não chegue ao segundo turno, Ciro desconversou e se disse confiante na vitória.

"Eu vou levar esta candidatura à vitória", afirmou. "Pesquisa é retrato e a vida é filme. Se você olhar entre os eleitores que estão indecisos e aqueles que dizem que votam no Lula apenas porque o Lula vai nos livrar do Bolsonaro, ou aqueles que votam no Bolsonaro apenas pela razão de não querer de novo o lulopetismo corrupto de volta, a metade do eleitorado brasileiro ainda está maleável", disse o candidato do PDT ao Planalto.

Em Manaus, Lula promete manter benefícios da Zona Franca

O candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu ontem, 31, manter os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus. A declaração foi dada a apoiadores e à imprensa após visita fechada à fábrica da Honda na capital amazonense.

O Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) antecipou na terça-feira que o compromisso seria assumido durante a viagem, embora dentro do PT haja o reconhecimento de que as isenções podem causar desequilíbrios no restante do parque industrial brasileiro.

"Quem tenta mudar os benefícios na verdade são pessoas que não conhecem a importância da Zona Franca de Manaus para o desenvolvimento do Estado e para a geração de empregos", declarou Lula. "Na minha opinião, Zona Franca de Manaus é um patrimônio para desenvolvimento da região Norte", acrescentou. "A Zona Franca ficará preservada. É um compromisso que a gente tem." O compromisso de Lula com isenções da Zona Franca se contrapõe à ideia do governo federal de acabar com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pesadelo dos industriais manauaras por apertar a competição com outras fábricas do País.

A ofensiva do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o IPI para supostamente estimular o crescimento esteve no centro de uma recente disputa com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que cassou decretos do Executivo com cortes no tributo para evitar prejuízos à competitividade dos produtos da Zona Franca.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Noticias
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que instituí a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

ECONOMIA

Preço do leite pago a produtor tem 7ª alta seguida e atinge recorde, diz Cepea

O preço do leite pago ao produtor registrou a sétima alta consecutiva em agosto e, com isso, alcançou novo recorde da série histórica do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, iniciada em 2004. Em relatório, a entidade diz que o avanço já era esperado por agentes do setor

A pesquisa mostra que o leite captado em julho e pago aos produtores em agosto se valorizou 11,8%, chegando a R$ 3,5707/litro na "média Brasil" líquida do Cepea. "O valor médio do leite acumula avanço real de 60,7% desde janeiro/22 (os dados foram deflacionados pelo IPCA de julho/22)", indica.

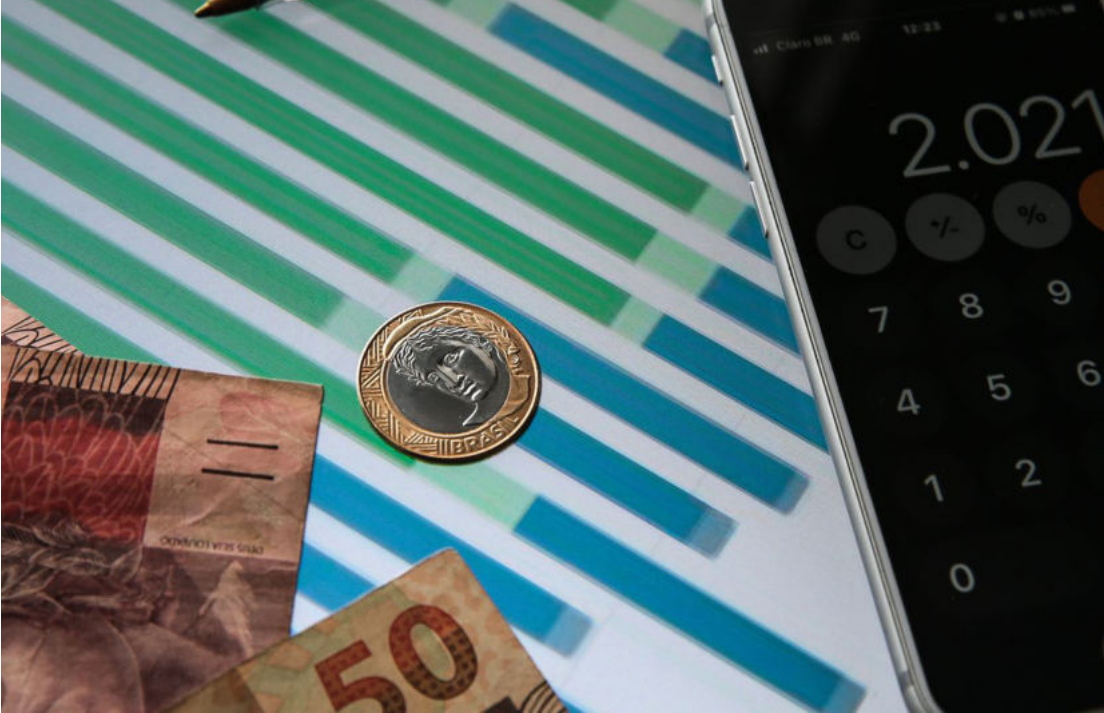
O Cepea ressalta, no entanto, que pesquisas ainda em andamento indicam que o movimento de alta deve ser interrompido, com possibilidade de forte queda no preço do leite a ser pago ao produtor em setembro, referente à matéria-prima captada em agosto.

"O encarecimento do leite no campo ao longo dos últimos meses se deve à baixa disponibilidade (da matéria-prima)", explica a entidade. De acordo com o Centro de Estudos, os estoques seguem aumentando no varejo. O levantamento do Cepea, que monitora as negociações diárias entre indústria e atacado paulista, mostrou diminuição nos preços dos lácteos ao longo de agosto. "Na média mensal, o leite UHT e a mussarela se desvalorizaram quase 15% e 10% de julho para agosto, respectivamente", aponta.

Indicador de incerteza da FGV cai em agosto ao menor nível desde abril

(Foto: EBC)

O Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) caiu 4,2 pontos na passagem de julho para agosto, para 116,6 pontos, informou ontem, 31, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com a queda, o indicador atingiu em agosto o menor nível desde abril deste ano, quando ficou em 114,9 pontos. Segundo a FGV, o recuo de agosto corresponde a 71% da alta acumulada entre maio e julho, portanto, no último trimestre até julho.

"Influenciam no resultado a redução da pressão inflacionária após a queda de preços de combustíveis e energia e o dinamismo do mercado de trabalho. Apesar da queda, o indicador continua em patamar historicamente elevado, situando-se acima da alta média de 115 pontos observada entre julho de 2015 e fevereiro de 2020. Uma redução mais expressiva do indicador dependerá principalmente da conjuntura econômica nos próximos meses, particularmente da perspectiva de sustentação da atual fase de crescimento, mas também do quadro político após as eleições", diz a nota divulgada pela FGV.

O IIE-Br é formado por dois componentes, que caminharam no mesmo sentido em agosto.

O primeiro é o IIE-Br Expectativa, construído a partir das dispersões das previsões para a taxa de câmbio e para o IPCA, que caiu 9,3 pontos em agosto, para 115,4 pontos. Com isso, o componente contribui negativamente com 1,9 ponto para a variação agregada do IIE-Br em agosto. O outro componente, o IIE-Br Mídia, faz o mapeamento nos principais jornais da frequência de notícias com menção à incerteza.

O componente recuou 2,6 pontos em agosto ante julho, para 115,1 pontos, contribuindo com 2,3 pontos para a queda agregada do indicador.

Contas públicas têm superávit de R$ 20,4 bilhões em julho

As contas públicas fecharam o mês de julho com saldo positivo, resultado, principalmente, do aumento da arrecadação do Tesouro Nacional. O setor público consolidado, formado por União, estados, municípios e empresas estatais, registrou superávit primário de R$ 20,440 bilhões no mês passado, ante déficit primário de R$ 10,283 bilhões em julho de 2021. Os dados foram divulgados ontem (31) pelo Banco Central (BC).

Em 12 meses, encerrados em julho deste ano, as contas acumulam superávit primário de R$ 230,554 bilhões, o que corresponde a 2,48% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. No ano, de janeiro a julho, há superávit de R$ 150,335 bilhões, ante resultado negativo de R$ 15,491 bilhões no mesmo período do ano passado. Uma variação muito expressiva, segundo o BC, que também reflete o aumento de receitas e redução das despesas.

A meta para as contas públicas deste ano, definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é de déficit primário de R$ 177,5 bilhões para o setor público consolidado. Em 2021, as contas públicas fecharam o ano com superávit primário de R$ 64,7 bilhões, 0,75% do PIB. Foi o primeiro ano de resultados positivos nas contas do setor público, após sete anos de déficit. Em 2020, as contas públicas tiveram déficit primário recorde de R$ 702,950 bilhões, 9,41% do PIB, em razão dos gastos com a pandemia de covid-19.

Confiança Empresarial sobe 2,2 pontos em agosto ante julho, a 100,7 pontos

(Foto: EBC)

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) subiu 2,2 pontos em agosto ante julho, para 100,7 pontos, informou ontem, 31, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

"Com a alta em agosto, a confiança empresarial retoma a trajetória ascendente iniciada em março passado. Pela primeira vez desde o início da pandemia, o nível da confiança dos quatro grandes setores acompanhados se aproxima, sinalizando uma saudável normalização das atividades após uma crise que afetou de forma bastante heterogênea os diferentes segmentos econômicos. A melhora das expectativas no mês não chegou a compensar a piora do mês anterior. Com isso, o IE se mantém abaixo dos 100 pontos, com otimismo no horizonte de três meses e pessimismo seis meses à frente", avaliou Aloisio Campelo Júnior, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O Índice de Confiança Empresarial reúne os dados das sondagens da Indústria, Serviços, Comércio e Construção. O cálculo leva em conta os pesos proporcionais à participação na economia dos setores investigados, com base em informações extraídas das pesquisas estruturais anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a FGV, o objetivo é que o ICE permita uma avaliação mais consistente sobre o ritmo da atividade econômica.

O Índice de Situação Atual Empresarial (ISA-E) cresceu 1,0 ponto em agosto ante julho, para 101,3 pontos, maior nível desde setembro de 2013. O Índice de Expectativas (IE-E) avançou 1,5 ponto, para 99,1 pontos.

Na passagem de julho para agosto, a confiança dos serviços recuou 0,2 ponto, para 100,7 pontos, e a do comércio subiu 4,3 pontos, para 99,4 pontos. A indústria teve elevação de 0,8 ponto, para 100,3 pontos, enquanto a construção aumentou 1,4 ponto, para 98,2 pontos. Em agosto, a confiança avançou em 63% dos 49 segmentos integrantes do ICE.

Dívida Bruta cai a 77,6% do PIB, menor porcentual desde o início da pandemia

A dívida pública brasileira continuou em trajetória de queda em julho. Dados divulgados ontem, 31, pelo Banco Central mostram que a Dívida Bruta do Governo Geral fechou o mês aos R$ 7,217 trilhões, o que representa 77,6% do Produto Interno Bruto (PIB) - o menor porcentual desde o início da pandemia de covid-19. Em março de 2020, a taxa em relação ao PIB era de 77,0%. O porcentual em junho era de 78,0% e, em maio, de 78,2%. No melhor momento da série, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil. Dívida Líquida - O BC informou ainda que a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) passou de 57,8 % para 57,3% do Produto Interno Bruto (PIB) entre junho e julho. Em maio, era de 58,8%. A DLSP atingiu R$ 5,331 trilhões. A dívida líquida apresenta valores menores que os da dívida bruta porque leva em consideração as reservas internacionais do Brasil.

Em Manaus, Lula promete manter benefícios da Zona Franca

O candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu ontem, 31, manter os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus. A declaração foi dada a apoiadores e à imprensa após visita fechada à fábrica da Honda na capital amazonense.

O Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) antecipou na terça-feira que o compromisso seria assumido durante a viagem, embora dentro do PT haja o reconhecimento de que as isenções podem causar desequilíbrios no restante do parque industrial brasileiro.

"Quem tenta mudar os benefícios na verdade são pessoas que não conhecem a importância da Zona Franca de Manaus para o desenvolvimento do Estado e para a geração de empregos", declarou Lula. "Na minha opinião, Zona Franca de Manaus é um patrimônio para desenvolvimento da região Norte", acrescentou. "A Zona Franca ficará preservada. É um compromisso que a gente tem."

O compromisso de Lula com isenções da Zona Franca se contrapõe à ideia do governo federal de acabar com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pesadelo dos industriais manauaras por apertar a competição com outras fábricas do País.

A ofensiva do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o IPI para supostamente estimular o crescimento esteve no centro de uma recente disputa com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que cassou decretos do Executivo com cortes no tributo para evitar prejuízos à competitividade dos produtos da Zona Franca.

O petista aproveitou a passagem por Manaus para criticar recentes declarações do presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição. "Na maior cara de pau, diz que não tem tanta gente passando fome. Não tem na casa dele, porque esconde até o cartão corporativo", disparou.

Lula ainda prometeu a retomada de marcos petistas, como o PAC, o Luz para Todos e o Minha Casa, Minha Vida, e criticou o contingente de trabalhadores na informalidade. "As pessoas acham que isso é emprego. Emprego tem que ter registro em carteira, direito a férias, a descanso remunerado."

Investimento norueguês impulsiona energia solar no Brasil

O Brasil é considerado um parceiro estratégico da Noruega, líder mundial em inovação verde, no movimento rumo a uma economia de baixo carbono. A energia solar é um dos setores que têm atraído investimentos de multinacionais norueguesas instaladas no país. Só no primeiro semestre de 2022, foram iniciados projetos de instalação de usinas solares no Rio Grande do Norte e em Minas Gerais, que somaram a outras já em implantação em outros estados.

Segundo relatório mais recente do Consulado Geral da Noruega, foram investidos em território brasileiro cerca de 7 bilhões de dólares, entre os anos de 2019 e 2020. Desse montante, 71% foi destinado ao setor de energia, um recorde quando comparado aos levantamentos de anos anteriores. Ainda segundo a pesquisa, há prioridade, por parte das empresas investidoras, por fontes de energias mais limpas e iniciativas centradas no meio ambiente.

"As empresas norueguesas presentes no Brasil veem o país como parte de suas estratégias globais de transição para um portfólio de baixo carbono. Brasil e Noruega têm uma longa tradição e uma colaboração bem-sucedida em todas as áreas do setor de energia. A Noruega e as empresas norueguesas estão prontas para oferecer expertise em áreas como eletrificação, smart grids e financiamento de energias renováveis", explica Marianne Fosland, cônsul-geral da Noruega no Rio de Janeiro.

Entre os investimentos feitos no país está uma das maiores usinas de energia solar do Rio Grande do Norte. O projeto, batizado de Mendubim, terá cerca de 531 MW de capacidade instalada, o equivalente ao consumo de 620 mil residências brasileiras, com uma aplicação estimada de US$ 430 milhões. Esse empreendimento, promovido pelas multinacionais Scatec, Equinor e Hydro Rein, projeta gerar cerca de 1,2 mil empregos diretos e indiretos no estado durante o período de construção. Além disso, as empresas assinaram um contrato de compra e venda de energia assegurando que aproximadamente 60% da produção ficará em território nacional, com a empresa Alunorte, produtora de alumínio, situada no Pará. Os volumes restantes serão vendidos no mercado livre de energia.

Transporte na Ferrovia Norte-Sul cresce 7% no 1º semestre

O tramo norte da Ferrovia Norte-Sul (FNS), controlado pela VLI e que é um dos principais corredores de escoamento de grãos para os portos do Norte do Brasil, movimentou 6,6 milhões de toneladas, crescimento de 7% ante igual período de 2021. Soja, milho e celulose estão entre os principais produtos transportados, segundo comunicado da companhia.

As operações da VLI geraram lucro líquido de R$ 278 milhões, valor 49% acima dos R$ 186,1 milhões nos seis primeiros meses de 2021. Os números excluem as movimentações da empresa na Estrada de Ferro Carajás, na qual a VLI opera por direito de passagem para acesso ao sistema portuário do Maranhão.

Os volumes de soja, milho e celulose carregados pela Norte-Sul tiveram como procedência os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Mato Grosso e foram escoados, entre outros portos, pelo Terminal Portuário de São Luís (MA). Combustíveis, farelo de soja e biodiesel foram outros produtos movimentados pela FNS com destino ao exterior.

A empresa informou que no último ano investiu mais de R$ 900 milhões na FNS, o que permitiu a manutenção da malha ferroviária e do material rodante e a eficiência no transporte de carga de clientes da região.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Notícias
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que instituiu a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

INTERNACIONAL

Ucrânia diz ter retomado vilarejos e destruído alvos russos no sul do país

A Ucrânia disse na terça-feira, 30, ter rompido a primeira linha de defesa da Rússia, retomado quatro vilarejos e destruído depósitos de munição e pontes no sul do país. Segundo Kiev, os soldados russos teriam batido em retirada. Moscou confirma a intensificação dos combates, mas garante que os ucranianos fracassaram na tentativa de avanço e perderam pelo menos 560 homens, 26 tanques e 2 aviões de guerra.

Na névoa da guerra, as informações sobre o que de fato acontece no campo de batalha são difíceis de confirmar de maneira independente. Analistas militares ocidentais dizem que a Rússia teve meses para reforçar suas linhas de defesa no sul, tornando qualquer avanço ucraniano provavelmente lento e sangrento. A agência de inteligência militar britânica disse ontem que as brigadas ucranianas "aumentaram os disparos de artilharia na linha de frente do sul da Ucrânia", mas observou que "ainda não é possível confirmar a extensão dos avanços ucranianos".

Versões - Agências que monitoram os disparos de artilharia confirmaram um aumento significativo na atividade ucraniana desde segunda-feira, mas observadores militares que acompanham a guerra de perto pregam cautela antes de tirar conclusões sobre o que está acontecendo.

Milícias digitais pró-Rússia, incluindo a página no Facebook do Grupo Wagner, que reúne mercenários contratados pelo Kremlin, também relataram a intensificação da ofensiva, identificando três áreas onde as forças ucranianas conseguiram avançar, em uma delas por até 6 quilômetros. Apesar da cautela adotada por militares e funcionários do governo ucraniano, que não dão detalhes sobre a contraofensiva, o presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, pediu às tropas russas que fujam para salvar suas vidas. "Se quiserem sobreviver, é hora de os militares russos fugirem. Vão para casa", disse Zelenski, em discurso na noite de segunda-feira. Logo no início da guerra, a Rússia capturou partes do sul da Ucrânia, perto do Mar Negro, incluindo a região de Kherson, ao norte da Península da Crimeia. Agora, com armas fornecidas pelos EUA, os ucranianos tentam expulsar os russos antes da chegada do inverno, quando se espera uma redução natural dos combates.

Avanço - Na segunda-feira, o Exército ucraniano admitiu o início de uma contraofensiva no sul do país. Ontem, Oleksi Arestovich, conselheiro de Zelenski, disse que as forças ucranianas estavam bombardeando as balsas na região de Kherson usadas pelos russos para abastecer o território ocupado às margens do Rio Dnieper.

"É claro que muitos gostariam de uma ofensiva em larga escala com notícias sobre a captura das áreas ocupadas em uma hora", afirmou Arestovich. "Mas não lutamos assim. Nossos recursos são limitados." Moscou, porém, insiste que nada mudou.

"A operação militar especial ocorre de acordo com o plano. Todos os objetivos serão cumpridos", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

(Foto: EBC)

Analistas militares ocidentais dizem que a Rússia teve meses para reforçar suas linhas de defesa no sul, tornando qualquer avanço ucraniano provavelmente lento e sangrento.

Ministros do Meio Ambiente do G20 em Bali querem ação climática global

Autoridades de meio ambiente do Grupo das 20 principais nações ricas e em desenvolvimento (G20) se reuniram ontem, 31, na ilha balneária de Bali, na Indonésia, para conversas sobre ação climática e o impacto global da guerra na Ucrânia. No encontro, o ministro do Meio Ambiente da Indonésia, Siti Nurbaya, enfatizou que o mundo já está enfrentando uma crise climática.

Eles discutiram implementar uma contribuição de cada membro do G-20 para combater as mudanças climáticas e sincronizar metas entre países em desenvolvimento e desenvolvidos, informou Siti Nurbaya após a reunião. Segundo ele, foi produzido um acordo conjunto que contempla uma recuperação econômica sustentável, ação climática baseada na terra e no oceano, além de mobilização de recursos para acelerar a proteção ambiental. Ações que supostamente ajudariam a concretizar o acordo de Paris sobre mudanças climáticas.

"Na verdade, estamos em uma posição de crise climática, não mais apenas mudanças climáticas", disse Nurbaya. "Devemos trabalhar ainda mais rápido para reduzir as temperaturas globais o mais baixo possível."

A Indonésia, detentora da presidência do G-20 deste ano, está comprometida em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 41% com assistência internacional até 2030, ou em 29% de forma independente.

Moody's corta projeção de avanço do PIB do G20 de 3,1% para 2,5% em 2022

A Moody's reduziu sua expectativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) das economias do G20 neste ano, de 3,1% na projeção de maio para 2,5% agora. Para 2023, a expectativa de crescimento desse conjunto das principais economias globais foi cortado de 2,9% a 2,1%. Segundo a agência, a perspectiva econômica tem piorado, por causa de condições financeiras globais mais apertadas e de choques nos preços de energia e de commodities, após a invasão da Rússia na Ucrânia.

Na avaliação da Moody's, as condições globais monetária e financeira seguirão "razoavelmente restritivas ao longo de 2023", nas palavras de Madhavi Bokil, vice-presidente sênior da agência. Segundo ele, os bancos centrais exigirão "prova decisiva de que a alta inflação não representa mais uma ameaça" a seus objetivos de política, antes de relaxar a política monetária.

Apenas para as economias avançadas do G20, a Moody's projeta crescimento de 2,1% em 2022 e 1,1% em 2023. Para os países emergentes desse grupo, espera avanço de 3,3% em 2022 e de 3,8% em 2023. Embora a perspectiva global seja "decididamente negativa", dados de alta frequência apontam para uma estabilização nascente, após surpresas negativas causadas pela volatilidade "intensa" no mercado financeiro no primeiro semestre deste ano, diz a agência.

Segunda ponte entre Brasil e Paraguai deve ser concluída em novembro

(Foto: EBC)

A obra começou em 2019, em uma parceria entre a Itaipu Binacional, comandada por Brasil e Paraguai, e o governo do estado do Paraná.

A segunda ponte entre Brasil e Paraguai, a Ponte da Integração, deve ser concluída até novembro deste ano. Ontem (31), os presidentes dos dois países, Jair Bolsonaro e Mário Abdo Benítez, visitaram o empreendimento, em Foz do Iguaçu (PR), quando Benítez já fez a travessia andando pela nova ponte, até o lado brasileiro. A obra começou em 2019, em uma parceria entre a Itaipu Binacional, comandada por Brasil e Paraguai, e o governo do estado do Paraná. Todo o investimento, cerca de R$ 463 milhões, está sendo bancado pela empresa de energia, considerando obras da estrutura, desapropriações e a construção de uma perimetral no lado brasileiro, que ligará a ponte à BR-277, em Foz do Iguaçu. A obra está sendo executada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR). No lado paraguaio, a ponte chegará ao município de Presidente Franco. Ela terá 760 metros de comprimento e um vão livre de 470 metros, o maior da América Latina. Serão duas pistas simples com 3,6 metros de largura, acostamento de três metros e calçada de 1,7 metro nas laterais. Brasil e Paraguai já são ligados pela Ponte da Amizade, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, inaugurada em 1965.

Foragido, cônsul alemão acusado de matar o marido ameaça testemunha

No mesmo dia em que chegou à Alemanha, partindo do Brasil, o cônsul alemão Uwe Herbert Hahn, de 60 anos, tornou-se réu na Justiça do Rio de Janeiro na segunda-feira, 29. Ele é acusado pelo Ministério Público do Estado do Rio (MP-RJ) de matar o belga Walter Henri Maximilien Biot, de 52, seu marido havia 23 anos, em 5 de agosto, no apartamento em que moravam em Ipanema, na zona sul do Rio.

Já na Alemanha, terça-feira, 30, Hahn enviou mensagens pelo Whatsapp a uma testemunha que prestou depoimento à Polícia Civil fazendo acusações a ele. Em francês, o alemão ameaçou enviar à polícia informações mentirosas sobre essa testemunha, caso ela não retirasse o que disse. "Eu estou seguro. Você, não. E você conhece a polícia, eles vão adorar a verdade sobre você, Loik e os outros. A delegada vai publicar tudo, mesmo sem prova", escreveu o cônsul.

A testemunha comunicou a ameaça à polícia e respondeu ao alemão: "Eu não preciso estar seguro ou fugir do País, ao contrário de você. Você é um assassino e matou meu amigo e vai pagar por isso", afirmou a testemunha.

Rússia fecha principal gasoduto e acentua temores energéticos na Europa

A Rússia interrompeu o fluxo de gás através do importante gasoduto Nord Stream 1 para a Europa, citando a necessidade de realizar reparos, em uma medida que aumentou o nervosismo europeu sobre a confiabilidade do fornecimento de energia no inverno.

O Kremlin diz que será uma pausa de três dias para manutenções, mas os europeus temem que as torneiras sejam reabertas a um fluxo ainda menor - ou que permaneçam fechadas, com drásticos impactos socioeconômicos para o continente. Nos últimos meses, a vazão de gás havia sido reduzida para 40% dos níveis esperados. Em julho, o fluxo foi interrompido para manutenção programada e retomado novamente após 10 dias, mas com apenas 20% da capacidade, com Moscou culpando o fracasso da Alemanha em devolver equipamentos vitais devido às sanções impostas à Rússia.

O governo alemão rejeita a alegação, chamando-a de "pretensão". Ele disse que o Nord Stream estava "totalmente operacional" e que não havia problemas técnicos. Desde que invadiu a Ucrânia, a Rússia cortou completamente o fornecimento de gás para a Bulgária, Dinamarca, Finlândia, Holanda e Polônia e reduziu os fluxos através de outros gasodutos.

Na manhã de quarta-feira, a Rússia acusou o governo alemão de fazer todo o possível para destruir suas relações energéticas com Moscou. Uma porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Maria Zakharova, disse que a Alemanha é a culpada por "tentar fraturar completamente" o vínculo energético entre os dois países.

Corrida contra o frio - A Alemanha está correndo contra o tempo, já tendo diminuído sua dependência do gás russo em cerca de 55% em fevereiro para cerca de 26% atualmente, reduzindo o uso e encontrando fontes alternativas de importação. Mas não se espera que seja completamente independente do gás russo até meados de 2024.

A "estação de aquecimento", que geralmente começa em meados de setembro, é vista como um momento crítico para os planos de fornecimento de energia da Alemanha, pois a partir de então o gás armazenado será necessário por causa do começo dos meses frios, e os níveis cairão. Um inverno mais frio e mais paradas de abastecimento da Rússia podem complicar a situação.

Segundo a Gazprom, a estatal russa do gás, é necessário fazer manutenções e inspeções de rotina no único equipamento de compressão ainda em operação no gasoduto que cruza o Mar Báltico Os europeus, contudo, afirmam que Moscou faz chantagem energética e usa o combustível como arma em retaliação à enxurrada de sanções ocidentais que buscam minar as capacidades russas de financiar sua invasão na Ucrânia.

Esta é a segunda vez que o gasoduto é paralisado para manutenção em pouco mais de um mês: na segunda quinzena de julho, ficou parado por 10 dias. Na época, foi reiniciado com o mesmo fluxo de 40% de antes dos reparos. Alguns dias depois, contudo, Moscou anunciou que o porcentual seria reduzido para 20%, que corresponde a um fluxo de 33 milhões de m³ diários.

O funcionamento a um quinto da capacidade permanecia até terça-feira, e os russos prometem mantê-lo ao religar o Nord Stream 1, chave para o abastecimento energético da Europa. Até o começo da guerra na Ucrânia, em 24 de fevereiro, a Rússia fornecia sozinha 40% do gás consumido pela União Europeia (UE). Sozinho, o gasoduto com mais de 1,2 km de extensão supria 15% do gás consumido pelos europeus antes do conflito. Os cortes, contudo, se acentuaram em junho, após Putin demandar que o pagamento pelo combustível fosse feito em rublo, o que possivelmente violaria as demandas feitas pela UE. Isso fez com que empresas de diversos países se recusassem a acatar os termos do Kremlin, levando os russos a suspenderem por completo o envio de gás para países como a Bulgária. Na terça, a Gazprom reduziu ainda mais suas entregas de gás para a operadora energética francesa Engie nesta terça-feira após uma divergência sobre contratos, levando Paris a acusar o Kremlin de usar a energia como "arma de guerra".

(Foto: Divulgação)

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Noticias
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

CONTEXTO JURÍDICO

Decreto que fixa valor da renda a ser protegido do endividamento é questionado no STF

Membros do Ministério Público e da Defensoria Pública acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra decreto presidencial que, ao regulamentar a Lei do Superendividamento (Lei 14.181/2021), fixou em 25% do salário mínimo atual o conceito de mínimo existencial, valor estimado para que uma pessoa possa pagar suas despesas e que não poderá ser utilizado para pagamento de dívidas..

As Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1005 e 1006, ajuizadas, respectivamente, pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), foram distribuídas ao ministro André Mendonça.

De acordo com o Decreto 11.150/2022, só pessoas que teriam, ao final do mês, menos de R$ 303,05 (correspondente a 25% do salário mínimo atual, de R$ 1.212) estariam superendividados. Segundo as associações, o valor é incompatível com a dignidade humana, pois impede a fruição de uma vida digna e dos direitos sociais correlatos a ela, além de vulnerar a proteção ao consumidor.

Outro argumento é que o decreto tolhe totalmente a autonomia institucional dos Ministérios Públicos, impedindo, principalmente, a regulação, no âmbito interno-institucional, de medidas para acesso, atendimento, acolhimento e resolutividade de queixas de consumidores em situação jurídica de superendividamento.

Professores debatem técnicas de educomunicação em sala de aula para combater desinformação

Com o tema "Práticas pedagógicas educomunicativas contra a desinformação eleitoral", a segunda live do Ciclo de Debates Educomunicação, Democracia e Eleições" foi realizada na última segunda-feira (29), com transmissão pela TV Justiça. A ação integra o Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal, em parceria com a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCd).

Os debates são promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) com o objetivo de discutir proposições para o desenvolvimento de projetos que incentivem a leitura crítica das mídias, e, por sua vez, o combate à desinformação nos contextos educacionais.

Questionar antes de disseminar - Assessor pedagógico do EducaMídia, programa de educação midiática do Instituto Palavra Aberta, Bruno Ferreira disse que professores de qualquer disciplina podem e devem abrir espaço para incentivar os estudantes a buscarem fontes confiáveis de informação. "Mais importante que o produto final é o processo de investigação", destacou.

Um dos protocolos usados pelo EducaMídia para desenvolver a leitura crítica é o de orientar os alunos a se questionarem antes de disseminar informações.

Autoridade que oferece a denúncia criminal pode atuar como julgadora no processo administrativo

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que o oferecimento de denúncia criminal por autoridade que é obrigada a fazê-lo não a impede de julgar processo administrativo sobre os mesmos fatos, se esta função está entre suas atribuições. Para o colegiado, não há, nesse caso, comprometimento da imparcialidade. A decisão teve origem em mandado de segurança impetrado por um procurador contra decisão do procurador-geral de Justiça de São Paulo, que, após apresentar denúncia criminal contra ele, condenou-o à pena de suspensão em processo administrativo disciplinar.

O impetrante pediu a declaração de nulidade da pena aplicada pelo chefe do Ministério Público estadual no processo administrativo, alegando, entre outras questões, falta de imparcialidade do julgador. Sem conseguir o que pretendia na segunda instância, o procurador recorreu ao STJ.

Oferecimento da denúncia não implica pré-julgamento na área administrativa - O relator do recurso, ministro Sérgio Kukina, ratificou as conclusões do Tribunal de Justiça de São Paulo no sentido de que o oferecimento da denúncia não permite concluir que haja um pré-julgamento do processo administrativo, ainda que versem sobre os mesmos fatos, visto que são instâncias diferentes e independentes. O magistrado destacou que o STJ já tem precedentes nessa direção, a exemplo do MS 21.312, da Primeira Seção, e do HC 271.477, da Quinta Turma.

Terceira Seção define em repetitivo que reincidência múltipla prepondera em relação à confissão espontânea

Ao rejeitar embargos de declaração na quarta-feira (24), a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão de junho que readequou a tese do Tema 585 dos recursos repetitivos, adotando a seguinte redação: "É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, seja ela específica ou não. Todavia, nos casos de multirreincidência, deve ser reconhecida a preponderância da agravante prevista no artigo 61, I, do Código Penal, sendo admissível a sua compensação proporcional com a atenuante da confissão espontânea, em estrito atendimento aos princípios da individualização da pena e da proporcionalidade".

O relator, ministro Sebastião Reis Júnior, ressaltou naquele julgamento que já houve inúmeras decisões do STJ a respeito dos efeitos da compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência (genérica ou específica), mas era preciso adequar a redação do Tema 585 à hipótese de multirreincidência.

Compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea - O ministro lembrou que, em 2012, diante da divergência entre as turmas de direito penal, a Terceira Seção, no julgamento dos EREsp 1.154.752, de sua relatoria, pacificou o entendimento no sentido de ser possível, na segunda fase do cálculo da pena, a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, por serem igualmente preponderantes, de acordo com o artigo 67 do Código Penal.

Barroso determina compensação de parcelas da dívida pública de Alagoas com perdas de ICMS

(Foto: STF)

Segundo o ministro, a União não pode surpreender os estados com perdas de arrecadação significativas e não providenciar mecanismo imediato de reparação.

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou à União que compense, da dívida pública do Estado de Alagoas, as perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) decorrentes da lei que limitou a alíquota do tributo sobre os combustíveis, o gás natural, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo. Ao conceder tutela provisória na Ação Cível Originária (ACO) 3587, o ministro frisou que a União não pode surpreender os estados com perdas de arrecadação significativas, desorganizando suas finanças, sem providenciar mecanismo imediato de reparação.

Bens essenciais - Na ação, o governo alagoano explica que a Lei Complementar (LC) 194/2022 considerou os combustíveis, o gás natural, a energia elétrica, as comunicações e o transporte como bens e serviços essenciais, vedando a fixação, pelos estados, de alíquotas do ICMS sobre esses produtos em patamar superior ao das operações em geral.

As alíquotas incidentes sobre essas operações, que variavam entre 18% e 30%, foram reduzidas a 17%, o que, segundo o estado, causará uma perda de arrecadação estimada em cerca de R$ 461,5 milhões entre julho e dezembro de 2022. No recesso forense, o presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, já havia suspendido a exigência de pagamento das parcelas do mês de agosto, referentes às dívidas do estado em contratos administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O governo alagoano, no entanto, pediu a ampliação do objeto da tutela de urgência para que a compensação seja mensal, pois as perdas são experimentadas a partir desse marco temporal.

Queda brusca - Ao conceder a liminar, o ministro Barroso ressaltou que se, de um lado, os estados devem cooperar com os objetivos legítimos da União de reduzir preços dos combustíveis, de outro lado, a União não pode desconsiderar que o ICMS constitui a principal fonte de receita dos estados e que muitos deles não terão como cumprir os seus deveres constitucionais e legais com uma queda de arrecadação tão expressiva e brusca.

Em análise preliminar do caso, o ministro entendeu que os critérios de cálculo quanto à compensação devem ser adotados já a partir de julho, início da vigência das alíquotas reduzidas, e devem levar em conta apenas as perdas de arrecadação de ICMS nas operações com os bens e serviços abordados pela LC 194/2022 e que excedam o percentual de 5% em relação à arrecadação de 2021, calculadas mês a mês.

Ainda segundo o ministro, a urgência está evidenciada diante da desorganização orçamentária que a lei causou nas finanças do estado e da emergência resultante das fortes chuvas no estado.

2ª Turma mantém condenação de Washington Reis, ex-prefeito de Duque de Caxias

(Foto: EBC)

Em voto pela rejeição dos embargos, o relator, ministro Edson Fachin, lembrou que a alteração nas normas foi analisada e rejeitada pelo colegiado.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a condenação do ex-prefeito de Duque de Caxias (RJ), Washington Reis, por danos ambientais em unidade de conservação e parcelamento irregular do solo, ocorridos entre 2005 e 2009. Na sessão de terça-feira (30), o colegiado rejeitou os segundos embargos de declaração opostos na Ação Penal (AP) 618 e, por maioria de votos, confirmou a condenação a sete anos, dois meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 67 dias multa.

Loteamento - Reis, juntamente com outros acusados, foi condenado por ter causado danos ambientais a uma área em que havia determinado a execução de um loteamento denominado Vila Verde, localizado na zona de amortecimento da Reserva Biológica (ReBio) do Tinguá. Os delitos estão previstos na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/1998) e na Lei sobre Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6766/1979) e ocorreram no primeiro mandato de Reis na prefeitura. Nos novos embargos, a defesa de Reis voltou a alegar que o fim da validade dos atos normativos do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que estabeleceram exigências para o licenciamento ambiental de empreendimento de significativo impacto próximo a unidade de conservação (UC) não teriam sido analisados. O argumento foi o de que essa alteração normativa poderia ser utilizada retroativamente para afastar o crime ambiental.

Segundo os autos, ficaram comprovados atos de degradação como terraplanagem, destruição de Mata Atlântica em área de preservação permanente, destruição de mata ciliar, extração de argila, corte mecânico de encosta e topo de morro e aterramento de vegetação e da calha do rio, causando assoreamento.

É possível cumular pedidos de prisão e de penhora no mesmo procedimento para execução de dívida alimentar

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que, para a cobrança de alimentos, é cabível a cumulação das medidas de coerção pessoal (prisão) e de expropriação patrimonial (penhora) no âmbito do mesmo procedimento executivo, desde que não haja prejuízo ao devedor – a ser comprovado por ele – nem ocorra tumulto processual, situações que devem ser avaliadas pelo magistrado em cada caso. No processo analisado pelo colegiado, uma credora de alimentos ajuizou cumprimento de sentença para receber a pensão, valendo-se de duas técnicas executivas: o pedido de prisão, para a dívida recente (três últimas parcelas), e o requerimento de desconto em folha de pagamento, para a dívida mais antiga.

A pretensão da credora foi julgada improcedente, sob o argumento de que a utilização das duas técnicas representaria, na verdade, a cumulação de duas execuções, de procedimentos distintos, nos mesmos autos – o que é vedado pelo artigo 780 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015). Consignou-se, ainda, que a pretensão da autora da ação poderia causar tumulto no processo, comprometendo sua tramitação rápida e eficaz.

Natureza especial dos créditos alimentares e dos valores que eles resguardam - A relatoria foi do ministro Luis Felipe Salomão, o qual ponderou que a jurisprudência adotada atualmente nos tribunais brasileiros segue duas correntes, sendo que uma delas, a que veda a utilização dos mecanismos da prisão e da penhora nos mesmos autos, vale-se dos mesmos argumentos do tribunal de origem. Por outro lado, a corrente que autoriza a cumulação defende que a execução de alimentos foi prevista para prestigiar o credor; em consequência, seria facultado a ele cumular ou não os ritos dentro do mesmo procedimento executivo.

Seguro-viagem não é responsável por continuidade do tratamento médico após retorno do segurado ao Brasil

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, entendeu que, salvo disposição contratual, a seguradora de viagem não pode ser responsabilizada pelos gastos com tratamento médico realizado no Brasil em razão de acidente sofrido pelo segurado durante sua permanência no exterior. No caso analisado pelo colegiado, uma consumidora firmou contrato de seguro internacional para viagem à França no período de 19 a 26 de janeiro de 2019. Um dia antes de retornar ao Brasil, fraturou o punho esquerdo ao sofrer uma queda no metrô de Paris. Como a viagem de volta seria pouco tempo depois, o médico francês optou por imobilizar o punho da paciente e recomendar que ela procurasse um cirurgião em sua cidade de origem, local onde foi feita a operação.

Cobertura era para tratamentos necessários à estabilização do quadro de saúde - Em primeira instância, foi determinado o reembolso apenas do valor gasto com medicamentos no exterior. O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) negou o recurso da consumidora por entender que o contrato previa expressamente que a cobertura era apenas para os tratamentos necessários à estabilização do quadro de saúde. Ao STJ, a segurada alegou ser abusivo o seguro que tenha garantia de cobertura apenas para curativos e procedimentos paliativos. Ao proferir seu voto, o relator do processo na Terceira Turma, ministro Marco Aurélio Bellizze, considerou que não houve atitude abusiva por parte da seguradora, pois a segurada se submeteu aos exames necessários e recebeu atendimento médico no hospital que lhe foi indicado pela companhia.

Contrato excluía a continuidade de tratamento médico no Brasil - "É da natureza do contrato de seguro-viagem que a cobertura para despesas médico-hospitalares seja limitada ao tratamento do quadro clínico de urgência ou emergência do contratante, até a sua efetiva estabilização, a fim de que possa continuar a viagem ou retornar ao local de sua residência, com segurança – o que efetivamente ocorreu no presente caso", disse o relator.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by: Diario de Noticias F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que instituí a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

PUBLICIDADE LEGAL

RRJ HOLDING S.A.

(em constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações Realizada em 31 de março de 2022

1. Realizada aos trinta e um dias do mês de março de 2022, às 10h, na sede social da Companhia, na Rua Paulo Di Favari, 509, apt 41, CEP: 09619-100, São Bernardo do Campo/SP. **2.** Presentes os fundadores e subscritores, representantes da totalidade do capital inicial da Companhia, a saber: **a) JOSÉ LUIZ FERNANDES VIVEIROS**, brasileiro, administrador, nascido em São Bernardo do Campo, em 07/07/1953, portador da cédula de identidade RG nº 6024513, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 806.448.218-68, casado em regime de comunhão parcial de bens com ROSELI DE FÁTIMA GONÇALVES VIVEIROS, abaixo qualificada, residente e domiciliado à Rua Paulo Di Favari, 509, apt 41, CEP: 09619-100, São Bernardo do Campo/SP **("JOSÉ LUIZ")**; **b) ROSELI DE FÁTIMA GONÇALVES VIVEIROS**, brasileira, administradora, nascida em São Bernardo do Campo, em 26/09/1953, portadora da cédula de identidade RG nº 10.559.230 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 259.813.598-97, casada em regime de comunhão parcial de bens com JOSÉ LUIZ FERNANDES VIVEIROS, acima qualificado, residente e domiciliada à Rua Paulo Di Favari, 509, apt 41, CEP: 09619-100, São Bernardo do Campo/SP **("ROSELI")**; **c) JULIANA GONÇALVES FERNANDES VIVEIROS**, brasileira, pedagoga, nascida em São Bernardo do Campo, em 17/12/1982, portadora da cédula de identidade RG nº 33.034.608-8 SSP/SP, expedido em 13/08/2008, inscrita no CPF/MF sob nº 303.175.238-48, casada em regime de comunhão parcial de bens com KLEBER LACERDA DA SILVA, brasileiro, comprador, nascido em São Caetano do Sul, em 14/07/1978, portador da cédula de identidade RG nº 29.071.685-8 SSP/SP, expedido em 13/08/2008, inscrito no CPF/MF sob nº 257.227.408-61, residentes e domiciliados na Rua dos Viana, 411, apto. 84, CEP: 09769-000, São Bernardo do Campo- SP (**"JULIANA"**); **d) RENATA GONÇALVES FERNANDES VIVEIROS**, brasileira, coordenadora de vendas, nascida em São Bernardo do Campo, em 24/12/1979, portadora da cédula de identidade RG nº 26.392.550-X SSP/SP, expedido em 24/03/2015, inscrita no CPF/MF sob nº 277.721.197-10, casada em regime de separação total e bens com VIRGÍLIO FERNANDES PINTO, brasileiro, analista de sistemas, nascido em Taubaté - SP, em 20.05.1976, portador da cédula de identidade RG nº 22.477.084-7 SSP/SP, expedido em 05/1202005, inscrito no CPF/MF sob nº 170.689.698-01, residentes e domiciliados na Rua Rio Preto, 496, apt 11, Valparaiso, CEP: 09060-090, Santo André/SP **("RENATA")**; **e) ROBERTA GONÇALVES FERNANDES VIVEIROS**, brasileira, solteira, gerente administrativo, nascida em São Bernardo do Campo, em 21/10/1981, portadora da cédula de identidade RG nº 33034607 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 304.751.618-90, residente e domiciliada na Rua Paulo Di Favari, 509, apt 41, CEP: 09619-100, São Bernardo do Campo/SP **("ROBERTA")**; **3.** Presidida pelo Sr. José Luiz Fernandes Viveiros e secretariada pela Sr. Ibere Gonçalves. **4.** O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia e informou que, com já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a constituição de uma sociedade por ações, sob a denominação de **RRJ Holding S.A.,** com sede na Rua Paulo Di Favari, 509, apt 41, CEP: 09619-100, São Bernardo do Campo/SP e, com o objeto social de participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista (CNAE 6462-0/00), na forma do projeto de Estatuto Social que se achava sobre a mesa. Passou-se, então, à leitura e discussão do projeto do Estatuto Social, o qual aprovado por unanimidade pelos presentes, foi anexado, em sua integra, à Ata desta Assembleia como seu Anexo I. **5.** Informou o Sr. Presidente que sobre a mesa encontrava-se igualmente o Boletim de Subscrição do capital social já assinado pelos acionistas, que subscreveram, no ato, a totalidade do capital social da Companhia, no valor de R$1.000,00 (hum mil reais), representado por 1.000 (uma mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo valor de R$1,00 (hum real) cada uma. Conforme contas do Boletim de Subscrição, que passa a fazer parte integrante da presenta Ata como seu Anexo II, o capital social foi subscrito e integralizado pelos acionistas fundadores da seguinte forma: **5.1.** O capital acima indicado foi integralizado em moeda corrente nacional. **5.2.** Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia de pleno direito. **6.** Passou-se, a seguir, nos termos do Estatuto Social, à eleição dos membros da Diretoria, tendo sido eleitos pelos acionistas fundadores, por unanimidade: **a)** José Luiz Fernandes Viveiros, acima qualificado, e **b)** Kleber Lacerda da Silva, brasileiro, comprador, nascido em São Caetano do Sul, em 14/07/1978, portador da cédula de identidade RG nº 29.071.685-8 SSP/SP, expedido em 13/08/2008, inscrito no CPF/MF sob nº 257.227.408-61, residente e domiciliado na Rua dos Viana, 411, apto. 84, São Bernardo do Campo- -SP; **6.2.** Os Diretores foram eleitos para ocuparem os cargos de Diretores sem designação especifica, com mandato de 02 (dois) anos. O primeiro mandato da Diretoria Estatutária, excepcionalmente, ocorrerá até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2023. **7.** Após a eleição dos membros da Diretoria, foi aprovada a verba global individual de R$1.000,00 (hum mil reais) para a sua remuneração no corrente exercício, cuja distribuição será deliberada nos termos do Estatuto Social. **8.** Os Diretores ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram eleitos, declarando conhecer plenamente a legislação, preencher todos os requisitos legais para o exercício dos cargos para os quais foram eleitos e não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia (i) por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 7.1. A posse dos Diretores ora eleitos fica sujeita a (a) assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados em livro próprio da Companhia. Os livros ficam arquivados na sede da Companhia. **8.** O Sr. Presidente, por fim, esclareceu que os Diretores ficariam incumbidos de ultimar as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes. **9.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. São Bernardo do Campo/SP, 31 de março de 2022. **Mesa:** José Luiz Fernandes Viveiros - Presidente; Ibere Gonçalves - Secretário. **Acionistas:** José Luiz Fernandes Viveiros, Roseli de Fátima Gonçalves Viveiros, Juliana Fernandes Gonçalves Viveiros, Renata Fernandes Gonçalves Viveiros, Roberta Fernandes Gonçalves Viveiros. **Diretores:** José Luiz Fernandes Viveiros, Kleber Lacerda da Silva. JUCESP/NIRE nº 3530059505-0 em 23/06/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Rede Mário Gatti

AVISO DE LICITAÇÃO

Acham-se abertas no Departamento de Pregão da Rede Mário Gatti, sito Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815 e 3772-5708 as licitações a seguir: **1) Pregão Eletrônico nº 193/2022 -** Prot. nº HMMG.2022.00000554-01: RP mat. p/ cir. coluna – dispositivos pediculares e outros; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 29/08/2022 e o início da sessão dar-se-á às **09h30 do dia 15/09/2022. 2) Pregão Eletrônico nº 199/2022 -** Prot. nº HMMG.2022.00000577-90: RP mat. p/ cir. ortopedia (minimicro e próteses ortopédicas e outros); o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 29/08/2022 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 14/09/2022. 3) Pregão Eletrônico nº 200/2022 -** Prot. nº HMMG.2022.00000907-38: Contrat. emp. de engenharia p/ reforma/ampliação da recepção PSA; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 29/08/2022 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 13/09/2022. 4) Pregão Eletrônico nº 201/2022 -** Prot. nº HMMG.2022.00001317-87: RP testes rápidos p/ detecção de antígenos SARS-COV-19; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 29/08/2022 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 15/09/2022.** Os interessados poderão retirar os Editais a partir do dia 29/08/2022 no site www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: pregao@hmmg.sp.gov.br.

André Luis de Moraes - Diretor Administrativo em Exercício

COOPERUNI - Cooperativa de Produção de Produtos de Higiene e Limpeza

CNPJ nº 04.977.637/0001-93

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Nos "termos dos artigos 31, 32, 33, 34, 35 e 38 do Estatuto Social da Cooperativa, e da Lei nº 5764 de 16 de dezembro de 1971" Ficam convocados os senhores cooperados em condições de votar, a reunir-se em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada em nossa sede, na Rua Porto Alegre, 288, Jardim Santa Marta (Fazendinha), Santana de Parnaíba - Estado de São Paulo, Tel.: (11) 4156-1767 e-mail compras@cooperuni.com.br, as 9:00 hs. do dia **15 de setembro de 2022** em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos cooperados; em 2ª convocação as 10:00 hs. com metade mais 01 no nº do número de cooperados ou em 3ª convocação as 11:00 hs com o mínimo de 10 (dez) cooperados, para tratarem da seguinte ordem do dia: **1)** aprovação das contas referentes aos balanços patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 , compreendendo: relatório de gestão, Balanços Gerais e Demonstrativos de Sobras e Perdas: **2)** eleições dos membro da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, lembrando que as chapas deverão ser apresentadas; **3)** Outros assuntos de interesse da Cooperativa, 22 de agosto de 2022.

"**Joaquim Flávio da Rocha - Diretor - Presidente**"

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL
Edital nº 173 de 31 de agosto de 2022.
Pregão Eletrônico nº 148/2022

Objeto: Contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de geradores de energia de suporte a sala de estoque de vacinas da Vigilância Epidemiológica pertencente à Secretaria Municipal de Saúde – Abertura da sessão: 19/09/2022 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 31 de agosto de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL
Edital nº 171 de 31 de agosto de 2022.
Pregão Eletrônico nº 146/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de impressoras para serem utilizadas no Departamento de Compras e Licitações pertencente à Secretaria Municipal de Administração e Modernização – Abertura da sessão: 19/09/2022 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 31 de agosto de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acha aberto o pregão eletrônico abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3621.6022, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 14hs às 18hs sendo R$ 42,45 (quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) o custo de cada edital, para retirada na Prefeitura. O edital também estará disponível sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br. **Pregão eletrônico Nº 330/22**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de materiais médico-hospitalares, por um período de 12 (doze) meses, improrrogáveis, com encerramento dia **15.09.22 às 08h30**.

PMT, aos 31.08.2022.
JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

BP Biocombustíveis S.A.

CNPJ/ME nº 08.204.974/0001-07 – NIRE 35.300.333.225

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2022

Data, Hora e Local: Aos 30/08/2022, às 11:00 horas, na sede social da "Companhia", na Av. das Nações Unidas, nº 12.399, 4º andar, salas 43A e 44A, Torre C, Ed. Landmark, Brooklin Paulista, São Paulo-SP. **Convocação**: Foi publicado nos dias 22, 23 e 24/08/2022, no Diário de Notícias de São Paulo; e nos dias 22, 23 e 24/08/2022 no jornal O Dia SP. **Presença**: Presentes acionistas representando mais de 99% do capital social votante da Cia.. **Mesa**: Sra. **Juliana Vargas Costa Giordano – Presidente;** Sra. **Renata de Oliveira Zagatti** – Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia:** Por unanimidade de votos, deliberaram o quanto segue: **A) Redução de capital social para absorção de prejuízos acumulados:** A.1) A aprovação da redução do capital social da Cia., para absorção integral dos prejuízos acumulados indicados nas DF 2021, no montante de R$ 2.244.922.928,45, nos termos do art. 173 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), não havendo o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Cia., mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações e o percentual de participação de cada acionista no capital social. A.2) Fica consignado que o capital social da Cia., atualmente em R$ 6.216.669.041,46 após a absorção de prejuízos acumulados passará a ser de R$ 3.971.746.113,01. **B) Redução de capital social por julgá-lo excessivo:** B.1) Ato contínuo, foi aprovada a redução do capital social no montante de R$162.460.800,00, por ser considerado excessivo em relação ao objeto da Cia., nos termos dos arts. 173 e 174 da Lei nº 6.404/76, mediante restituição de capital a todos os acionistas, em moeda nacional corrente, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Cia., não havendo o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Cia., mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações e o percentual de participação de cada acionista no capital social da Cia.. B.2) A redução de capital e o pagamento da restituição aos acionistas, somente serão realizados após o cumprimento das seguintes condições suspensivas, cumulativamente: **(i)** publicação do extrato desta ata de AGE; e **(ii)** o decurso do prazo de 60 dias, contados da data da publicação do extrato da ata, sem que tenha sido apresentada, pelos credores quirografários, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores, conforme estabelecido no artigo 174, § 2º, da Lei nº 6.404/76. B.3) Os acionistas deverão atualizar ou cadastrar seus dados bancários, conforme o caso, realizando contato com a Diretoria da Cia.. Enquanto não houver a atualização ou cadastramento dos respectivos dados bancários, o valor referente à restituição será mantido à disposição dos acionistas na sede da Cia. pelo prazo prescricional aplicável. **C) Grupamento de ações:** C.1) Ato contínuo, as acionistas deliberaram por aprovar o grupamento da totalidade das 26.971.123.543 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Cia., na proporção de 2.568.678,4326 ações para cada 1 ação pós grupamento, conforme o disposto no artigo 12 da Lei 6.404/76. C.2) Em virtude do grupamento, o capital social da Cia. passará a ser representado por 10.500 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações. As frações decorrentes do grupamento de ações deverão ser reembolsadas pelo respectivo valor patrimonial, conforme indicado nas demonstrações financeiras da Cia. à data-base de 31/12/2021, a conta do capital social da Cia., resultando na redução do capital social, observadas as deliberações "(A)" e "(B)" acima, e no cancelamento das frações reembolsadas, conforme autoriza o § 6º do artigo 45 da Lei 6.404/76. Para fins de esclarecimento: **(i)** o valor patrimonial por ação para reembolso das frações será determinado com base no patrimônio líquido indicado nas demonstrações financeiras da Cia. à data-base de 31/12/2021; **(ii)** o valor do capital social a ser reduzido em decorrência do reembolso das frações deverá considerar a redução dos montantes indicados nas ordens do dia "(A)" e "(B)" acima; e **(iii)** as ações pós grupamento que se formarem pelo somatório de frações reembolsadas deverão ser distribuídas entre os acionistas remanescentes na proporção da sua participação no capital social da Cia. após a efetivação do grupamento. C.3) Os acionistas deverão atualizar ou cadastrar seus dados bancários, conforme o caso, realizando contato com a Diretoria da Cia.. Enquanto não houver a atualização ou cadastramento dos respectivos dados bancários, o valor referente às frações reembolsadas será mantido à disposição dos acionistas na sede da Cia. pelo prazo prescricional aplicável. C.4) É concedido o prazo de 60 dias contados da publicação do extrato desta ata para que os acionistas da Cia. possam adquirir, mediante negociação direta com os demais acionistas, ações adicionais em número suficiente para a formação de uma ação pós grupamento. **D) Alteração do artigo 5º do Estatuto Social:** D.1) Como resultado das deliberações acima, fica a administração da Cia. autorizada a promover a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Cia., com a sua posterior consolidação, tão logo seja possível determinar o novo valor do capital social, notadamente em virtude de eventuais reembolsos exercidos no caso de cancelamento de frações, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º – O capital social da Cia. é de **[valor do capital social a ser indicado pela administração após a conclusão do número de frações reembolsadas]**, dividido em 10.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, todas com direitos idênticos."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Juliana Vargas Costa Giordano – Presidente; Renata de Oliveira Zagatti – Secretária. **Acionistas:** (a) BP Biofuels Brazil Investments Limited – por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano; (b) BP Alternative Energy Investments Limited (nova denominação social da BP Biofuels UK Limited) – por sua procuradora Juliana Vargas Costa Giordano.

BRSS Securitizadora S.A.

CNPJ nº 40.446.476/0001-75 - NIRE: 35300563280

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08/12/2021

Data, Horário e Local: 25 de julho, às 9h, na sede social da BRSS Securitizadora S.A. ("**Companhia**"), localizada em São Paulo/SP, na Rua Capitão Cavalcanti, 341, sala 22 - Vila Mariana, CEP: 04017-000. **Presença:** Dispensada a publicação de edital de convocação da presente Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("**AGE**"), por estar presente a totalidade de seus acionistas ("**Acionistas**"), em conformidade com o disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), e também conforme registro de presenças lavrado em livro próprio. **Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr Maxwell Medeiros Fernandes, que convidou a Sra. Ana Cristina Menezes Ramos Soares para secretariá-lo. **Ordem do Dia:** Deliberar acerca da alteração da denominação social da Companhia. **Deliberações:** Instalada a AGE, após examinarem e discutirem a matéria constante no item acima ("**Ordem do Dia**"), por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, os Acionistas da Companhia deliberaram e aprovaram acerca da alteração da denominação social da Companhia para Playbanco Securitizadora S.A., passando o Artigo 1º do Estatuto Social a ter a seguinte redação: *"Artigo 1º. A Playbanco Securitizadora S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações e será regida pelo presente estatuto social, pelas legislações aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), a Lei nº 9.514/97 ("Lei nº 9.514/97") e Lei nº 11.076/04 ("Lei nº 11.076/04")."* **Publicação da Ata:** Foi aprovada, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, a publicação da presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei nº 6.404. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Totalidade dos Acionistas Presentes:** Presentes a totalidade dos acionistas da Companhia, quais sejam: (i) Playbanco Serviços Financeiros Ltda., representada pelo Sr. Maxwell Medeiros Fernandes; e (ii) Sr. Maxwell Medeiros Fernandes. **Mesa: Maxwell Medeiros Fernandes** - Presidente da Mesa; **Ana Cristina Menezes Ramos Soares** - Secretária da Mesa. **Acionistas: Playbanco Serviços Financeiros Ltda.** representado pelo sócio Maxwell Medeiros Fernandes; **Maxwell Medeiros Fernandes**. JUCESP nº 392.772/22-0 em 02/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, n° 1400, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 157/2022 (PMP 9813/2022)

Para "aquisição de lanches e produtos perecíveis", com recebimento das propostas até dia 19/09/2022 às 14h e início dos lances às 14h30.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 168/2022 (PMP 10624/2022)

Para "contratação de empresa especializada em confecção de letras caixa em PVC, letras caixa em aço galvanizado, placas em aço inox, placas em PS, placas em ACM, placas em ACM com estruturas, adesivos, lonas, banner, faixa de lona, placa de acrílico, troféu e certificado de prata com e sem instalação, conforme descrição, em atendimento as campanhas publicitárias entre outros eventos realizados e/ou apoiados pela Prefeitura dentro do perímetro da Cidade de Pindamonhangaba pelo período de 12 meses", com recebimento das propostas até dia 19/09/2022 às 08h e início dos lances às 08h30.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://bnc.org.br/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ n° 57.522.468/0001-63

COMUNICADO

Comunicado - Aplicação de Multa. Empresa em local incerto e não sabido. Partes: Fundação Hélio Augusto de Souza - Fundhas e a empresa Xlabor Tecnologia Ltda. - EPP. Objeto: Aquisição de vidrarias para o curso técnico em química. Motivo: Inexecução total contratual. Valor da multa: R$ 152,10 - decorre-se o prazo de 5 dias úteis para apresentação de defesa. Contrato n° 50/2022 - Processo de Compra n° 140/2022 - Modalidade: Pregão Eletrônico n° 27/2022.

Comunicado - Rescisão Unilateral. Empresa em local incerto e não sabido. Partes: Fundação Hélio Augusto de Souza - Fundhas e a empresa Xlabor Tecnologia Ltda. - EPP. Objeto: Aquisição de vidrarias para o curso técnico em química. Motivo: Inexecução total contratual. Decorre-se o prazo de 5 dias úteis para apresentação de defesa. Contrato n° 50/2022 - Processo de Compra n° 140/2022 - Modalidade: Pregão Eletrônico n° 27/2022.

SJCampos, 30 de agosto de 2022
George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL
Edital nº 172 de 31 de agosto de 2022.
Pregão Eletrônico nº 147/2022

Objeto: Aquisição de unidades móveis de saúde (veículo) para serem utilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde – Abertura da sessão: 19/09/2022 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 31 de agosto de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocadas, nos termos do artigo 17, e que atendam às exigências contidas no § 2º, do artigo 16, ambos do Estatuto Social, as Empresas Associadas da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores-ABTV, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.503.304/0001-32, estabelecida na Rua Cristiano Viana 401, sala 1411 – 14º andar, Cerqueira Cesar, Capital, São Paulo, CEP 05411-000, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, doutor Ruben Schechter, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 14.985.602-7, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 253.281.128-57 e na OAB/SP sob o nº 173.553/SP, a participar da Assembleia Geral Ordinária que será realizada na sede da Associação, situada na Rua Cristiano Viana 401, sala 1411 – 14º andar, Cerqueira Cesar, Capital, São Paulo, CEP 05411-000, no dia **15 de setembro de 2022, às 15:00 horas**, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, Associadas que representem 2/3 (dois terços) do total de votos do quadro associativo e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com qualquer quantidade de Associadas que representem qualquer quantidade de votos, consoante disposto no artigo 17, § 4º, do Estatuto, para deliberar sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretor, referentes ao exercício do ano de 2021.

São Paulo, 31 de agosto de 2022.
RUBEN SCHECHTER
Diretor-Presidente

Playbanco Securitizadora S.A.

CNPJ nº 40.446.476/0001-75 - NIRE. 35300563280

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de Agosto de 2022

I. Data, Horário e Local: 11 de agosto, às 09:00 horas, na sede social da Playbanco Securitizadora S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Capitão Cavalcanti, 341, sala 22 - Vila Mariana CEP: 04017-000. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de edital de convocação da presente Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("**AGE**"), por estar presente a totalidade de seus acionistas ("**Acionistas**"), em conformidade com o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, datada de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"). e também conforme registro de presenças lavrado em livro próprio. **III. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr Maxwell Medeiros Fernandes, que convidou a Sra. Ana Cristina Menezes Ramos Soares para secretariá-lo. **IV. Ordem do Dia:** Rerratificar a Ata da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 08 de dezembro de 2021 e registrada em 02/08/2022 na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP. **V. Deliberações**: Instalada a AGE, após examinarem e discutirem a matéria constante no item IV acima ("**Ordem do Dia**"). por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, os Acionistas da Companhia deliberaram sobre a rerratificação da Ata de Reunião realizada em 08 de dezembro de 2021 e registrada em 02/08/2022 na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, de modo a retificar a data constante na Ata Assembleia Geral Extraordinária mencionada acima. A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 25 de julho de 2022 e não em 08 de dezembro de 2021 como constou na Ata registrada em 02 de agosto de 2022 na JUCESP sob o nº 392.772/22-0. Por fim, os acionistas ratificam a data da realização da Assembleia Geral Extraordinária que alterou o nome da Companhia para Playbanco Securitizadora S.A foi realizada em 25 de julho de 2022. **VI. Publicação da Ata:** Foi aprovada, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, a publicação da presente ata em forma de sumário, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei nº 6.404. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Mesa: Maxwell Medeiros Fernandes** - Presidente da Mesa; Ana Cristina Menezes Ramos Soares - Secretário da Mesa. **Acionistas: Playbanco Serviços Financeiros Ltda.** representado por sua administradora Ana Cristina Menezes Ramos Soares; Maxwell Medeiros Fernandes. JUCESP nº 442.259/22-0 em 23/08/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

NK 031 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 30.613.290/0001-00 - NIRE 353.005.172-11

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Convidamos os senhores acionistas da **NK 031 Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 9 de setembro de 2022, às 9:00 horas, em primeira convocação, **de modo exclusivamente presencial**, para examinar, discutir e deliberar sobre: (i) Aprovar a emissão de 812.956.495 (oitocentos e doze milhões, novecentas e cinquenta e seis mil, quatrocentas e noventa e cinco) novas ações, sendo 779.572.336 (setecentos e setenta e nove milhões, quinhentas e setenta e duas mil, trezentas e trinta e seis) novas ações ordinárias, 27.808.584 (vinte e sete milhões, oitocentas e oito mil, quinhentas e oitenta e quatro) novas ações preferenciais classe A e 5.575.575 (cinco milhões, quinhentas e setenta e cinco mil, quinhentas e setenta e cinco) novas ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão total de R$ 460.395.794,00 (quatrocentos e sessenta milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais), sendo R$ 443.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões de reais) alocados para a conta de capital social e R$ 17.395.794,00 (dezessete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais) alocados na conta de reserva de capital da Companhia, a serem integralizadas mediante capitalização de saldo de adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R$ 443.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões de reais), realizado pelo acionista controlador da Companhia, e R$ 17.395.794,00 (dezessete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais) a serem integralizados em moeda corrente nacional. (ii) Aprovar que as novas ações serão emitidas a um preço de emissão de (a) R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) para cada nova ação ordinária; (b) R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) para cada nova ação preferencial classe A; e (c) R$ 3,12 (três reais e dezenove centavos) para cada nova ação preferencial classe B. (iii) Aprovar a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia, caso as matérias previstas nos itens (i) e (ii) da ordem do dia sejam aprovadas. **Informações Gerais:** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia (Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 4º andar, Vila Nova Conceição, 04543-000, São Paulo/SP) e na página da rede mundial de computadores da Companhia (www.nk031.com), as informações e os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia. Os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia (relacoes.investidores@nk031.com) em até 2 (dois) dias úteis de antecedência da Assembleia, para encaminhar os seguintes documentos à Companhia, conforme aplicáveis:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e Documento de Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (2)	–	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso (2)	–	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	–	–	X

(1) Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida. (2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários, observadas as restrições legais, devendo, neste caso, ser apresentado também o instrumento de mandato.

São Paulo, 31 de agosto de 2022. **Roberto de Rezende Barbosa** - Diretor

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2022 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 039/2022 - PROCESSO N.º 1.588/2022

HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Eletrônico de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:

- ACOMPANY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA-ME, para fornecer os itens: 55, 61;
- BRISALIMP DISTRIBUIDORA DE PEÇAS EQUIPAMENTOS, para fornecer o item: 53;
- CARLOS EDUARDO RODRIGUES MARQUES, para fornecer os itens: 05, 21, 22, 28, 29, 30, 31, 62, 63, 73;
- CONTIGO TELECOM, para fornecer os itens: 02, 04, 08, 18, 19, 20, 51, 69;
- E.T. MACHIDA ME, para fornecer os itens: 01, 07, 50, 74;
- ELETROQUIP COMERCIO E LICITAÇÕES LTDA, para fornecer os itens: 06, 32, 45, 57;
- F. LOUBACK, para fornecer os itens: 17, 23, 24, 47, 56;
- F.S. COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, para fornecer o item: 48;
- GDAI INDÚSTRIA & COMÉRCIO ELETRÔNICOS, para fornecer os itens: 25, 40;
- HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRÔNICOS LTDA, para fornecer os itens: 52, 65.1, 65.2, 66, 72;
- JBA COMERCIAL LTDA ME, para fornecer os itens: 12, 13, 54;
- MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA, para fornecer o item: 67;
- MTSI COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO EIRELI – ME, para fornecer os itens: 33, 35;
- PRIMEIRO TIME INFORMÁTICA, para fornecer o item: 71;
- REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA, para fornecer o item: 49;
- SOUZA E MASTELLINI LTDA – ME, para fornecer o item: 09;
- W. F. DE ALMEIDA, para fornecer os itens: 14, 15;
- WALAS STORE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, para fornecer os itens: 11, 16, 26, 27, 34, 37, 38, 39, 41 42, 46, 59, 60, 70;

GABINETE DO PREFEITO, 30 de agosto de 2022.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

ERRATA DO AVISO DE REABERTURA DO PE-08.005/2021
PREGÃO ELETRÔNICO PE-08.005/2021 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA COM MANUTENÇÃO CORRETIVA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, INSTALAÇÕES, DESINSTALAÇÕES, REMANEJAMENTOS E EXECUÇÃO DE PROJETOS EM REDE DE TELEFONIA, LÓGICA E ELÉTRICA, COMPREENDENDO AINDA, O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS GPON (GIGABIT PASSIVE OPTICAL NETWORK), PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

O Pregoeiro designado informa que o número deste Pregão foi divulgado erroneamente no Sistema Comprasnet como sendo o número 08.005/2022, quando o correto é o número 08.005/2021.

Permanecem inalterados os demais termos previstos no Edital. Esclarecemos também que o encaminhamento da Proposta de Preços deverá ser feito a partir da divulgação até às 10 horas do dia 15/09/2022, no site www.comprasnet.gov.br, sendo a sessão de abertura das propostas às 10 horas do mesmo dia.

Como o Pix virou uma ameaça para o mercado das maquininhas de cartão

Não é raro uma indústria virar do avesso por uma inovação tecnológica. No setor das maquininhas de pagamento, a reviravolta chegou de uma vez só com o Pix, sistema de pagamento do Banco Central. A visão de especialistas é de que o Pix deve eliminar a necessidade do "intermediário" entre quem paga e quem recebe. E isso coloca em xeque o próprio futuro do setor de meio de pagamento. As empresas, portanto, terão de agregar mais serviços aos comerciantes - como softwares de administração de contas e estoques - para continuar relevantes para os clientes. "As empresas ganharão pelo serviço prestado, e não mais por transação", afirma Edson Santos, um dos maiores conhecedores do setor de meios de pagamento no Brasil. Segundo ele, companhias como a Stone, que em 2020 comprou a empresa de tecnologia Linx, já de olho nessa mudança, estão melhor posicionadas para a nova fase. Resistir a essa mudança, segundo ele, pode significar o fim da linha para esses negócios. Conforme pesquisa recente do Instituto Propague, a Cielo segue líder de mercado, seguida de perto pela Rede, do Itaú Unibanco. Depois vêm a Getnet (do Santander), Stone, Vero e PagSeguro. Apesar da chegada do Pix ter chacoalhado o setor, os líderes de setor não têm demonstrado grandes mudanças. Uma das razões, segundo Santos, é porque o Pix ainda enfrenta alguns desafios no varejo, e a maquininha segue importante para o estabelecimento receber os pagamentos pelo cartão.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Noticias
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/

GERAL

Genial/Quaest aponta que 54% dos que recebem Auxilio Brasil votam em Lula

Entre os beneficiários do Auxilio Brasil, 54% afirmam votar no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PL) é o candidato de 25% deles, mostra nova rodada da pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem, 31.

Ambos os candidatos oscilaram negativamente em 2 pontos porcentuais dentro do segmento desde a última rodada da pesquisa, divulgada no dia 17 de agosto.

A taxa de apoio entre os que não recebem o auxílio permaneceu igual para Lula, que é o candidato de 40%. Bolsonaro oscilou de 37% para 36% dos eleitores.

Aprovação do governo - O governo do presidente Jair Bolsonaro teve uma melhora da avaliação na nova rodada da pesquisa Genial/Quaest. O governo é avaliado positivamente por 30% dos eleitores, ante 40% de desaprovação. É o melhor resultado para Bolsonaro desde julho de 2021, quando o presidente era avaliado positivamente por 28%.

A avaliação positiva teve um destaque no Nordeste, onde saltou de 20% para 24%. Entre os que têm ensino superior, também houve uma melhora, com a avaliação indo de 29% para 34% desde a última rodada do levantamento, divulgada no dia 17 de agosto.

Passageiros são vítimas de arrastão na estação de metrô do Tatuapé

A polícia investiga o caso de um arrastão sofrido por adolescentes dentro da estação Tatuapé, da Linha 3-Vermelha do Metrô de São Paulo, na zona leste da capital paulista, na noite de terça-feira, 30. As vítimas estavam na plataforma de embarque quando foram abordadas por criminosos que roubaram seus celulares.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), o caso está sendo investigado pela Delegacia de Polícia do Metropolitano (Delpom). A equipe da unidade solicitou as imagens e as partes foram chamadas para depor ainda nesta semana. Por sua vez, o Metrô afirma que colabora com a autoridade policial na investigação do caso. "A companhia conta com agentes de segurança para auxiliar os passageiros e coibir crimes. É importante que qualquer caso seja comunicado de imediato a um funcionário para que acione a rede de agentes e câmeras, auxiliando na captura e detenção dos infratores", disse, em nota.

As imagens registradas pelas câmeras de segurando do Metrô foram encaminhadas somente para a polícia.

Cérebro é capaz de se recuperar mesmo após lesão grave

Em 2012, um operário da construção civil do Rio, de 24 anos, teve uma barra de ferro atravessada na cabeça. Quem testemunhou a cena jamais poderia esperar que o homem sobrevivesse. Hoje, ele tem uma vida praticamente normal. Depois de dez anos estudando o caso, cientistas brasileiros e americanos conseguiram comprovar o motivo do "milagre": o lado do cérebro não afetado pelo acidente assumiu as funções da área lesionada. A descoberta inédita, publicada na revista Lancet, abre caminho para novos tratamentos. O acidente foi em 16 de agosto de 2012. Ele amarrou um vergalhão de 2,5 metros de comprimento. Fez sinal para um colega que estava a 15 metros de altura puxar a barra de ferro. Quase chegando ao seu destino, o vergalhão se soltou e caiu na cabeça do trabalhador. Foi um impacto de cerca de 300 quilos. A barra entrou pelo lado superior direito da cabeça e a ponta saiu entre os olhos. Mesmo com o vergalhão atravessado na cabeça, o jovem chegou ao hospital lúcido e orientado. Foi submetido a uma cirurgia de seis horas e ficou duas semanas internado.

PGR pede arquivamento de ação de familiares de vítimas da covid contra Bolsonaro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu terça-feira, 30, o arquivamento da ação movida pela Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (Avico) contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pela gestão da pandemia.

A entidade atribui nove crimes ao presidente: prevaricação, infração de medida sanitária preventiva, incitação ao crime, emprego irregular de verbas públicas, perigo para a vida ou saúde, epidemia com resultado de morte, charlatanismo, inutilização de material de salvamento e falsificação de documento particular. A ação apresentada pela Avico é chamada de "ação penal privada subsidiária pública", prevista na Constituição para situações de inércia do Ministério Público (MP). A lei prevê que essa inércia fica configurada quando não houver manifestação do MP - seja pelo oferecimento de denúncia, pelo arquivamento do caso ou para apro-fundar a investigação. A PGR nega "inação" e diz que "houve atividade e pronunciamento ministerial" sobre as acusações levantadas. O órgão afirma ainda que "atuou e continua diligenciando" em diversos processos sobre a atuação do governo federal no enfrentamento da crise sanitária causada pela covid-19, mas não age "conforme as pretensões de interessados casuísticos".

"O fato de ter se manifestado em alguns deles no sentido do arquivamento por ausência de tipicidade ou de elementos indiciários suficientes para prosseguimento de investigação criminal não se confunde com omissão ou inércia institucional", diz um trecho da manifestação.

O parecer é assinado pela vice-procuradora-geral da República Lindôra Araújo. Ela critica a associação pelo que considera uma tentativa de avançar sobre a atuação do MP e de "esvaziar" a autoridade do órgão.

Moraes atendeu a pedido de Randolfe na quebra de sigilo bancário de empresários

A quebra do sigilo bancário e o bloqueio das contas dos oito empresários bolsonaristas que foram alvo de buscas na semana passada não foi requisitada pela Polícia Federal. O ministro Alexandre de Moraes, relator da investigação no Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a um pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). O parlamentar é um dos coordenadores da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

(Foto: STF)

Com base em mensagens divulgadas pelo portal Metrópoles, Randolfe pediu "apuração séria e aprofundada" da possível relação dos empresários com o financiamento de atos antidemocráticos. Reunidos em um grupo de WhatsApp, os alvos da operação citaram a hipótese de um golpe de Estado caso Lula fosse eleito em outubro. Dos parlamentares e instituições que acionaram o STF cobrando providências, o senador foi o único a representar por embargos financeiros.

Randolfe sugeriu a tomada de depoimentos, o afastamento dos sigilos bancário e de mensagens, o bloqueio de contas e as prisões preventivas. Com exceção das prisões, todas as medidas foram autorizadas por Moraes. O ministro do STF também determinou a suspensão dos perfis dos empresários no Facebook, Instagram, Twitter, TikTok e YouTube.

Os deputados Gleisi Hoffmann (PR), Reginaldo Lopes (MG) e Alencar Santana (SP), do PT, fizeram coro pelas prisões e pela quebra dos sigilos telefônico e telemático dos empresários, mas não mencionaram o bloqueio das contas ou o levantamento do sigilo bancário. As deputadas Fernanda Melchionna (RS), Sâmia Bomfim (SP) e Vivi Reis (PA), do PSOL, acionaram o STF cobrando investigação, mas não chegaram a propor medidas específicas. Elas pediram ao ministro que tomasse "as providências cabíveis"

O gabinete de Moraes recebeu ainda notícias-crime de associações de magistrados e do Ministério Público do Trabalho pedindo que os empresários fossem intimados a prestar depoimento e seus celulares fossem apreendidos. As entidades também não mencionam sanções de ordem financeira ao grupo.

A PF representou apenas pela apreensão dos celulares e pelo afastamento do sigilo das mensagens. O delegado Fábio Alvarez Shor cita suspeita de financiamento de atos antidemocráticos, mas não chega a requerer a quebra do sigilo bancário. O pedido se limita a "acesso imediato e exploração do conteúdo" armazenado nos celulares e em nuvem de dados.

Apuração - A quebra do sigilo bancário dos empresários vai servir para analisar se há elementos mais concretos, como repasses para atos contra instituições democráticas, que indiquem materialidade de eventuais crimes. Em parecer elaborado a pedido de Moraes, o juiz Ailton Vieira, instrutor no gabinete do ministro, disse que os empresários podem ter ajudado a custear a produção e a divulgação de notícias fraudulentas e a organização de manifestações contra a democracia.

O documento foi redigido com base em material reunido em outras investigações que atingem aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL), incluindo os inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos.

Condição - Ao decretar o bloqueio das contas, Moraes disse que a "condição financeira" dos empresários e suas "vultosas quantias de dinheiro" potencializam o alcance de manifestações ilícitas e exigem uma "reação absolutamente proporcional do Estado".

DN
DIÁRIO DE NOTÍCIAS
Aplicativo
DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL
Informação em tempo real.

Lula acena com reajuste 'gradual' para servidores públicos

No caso de vitória nas eleições deste ano, a campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia uma "recomposição gradual" dos salários dos servidores públicos atrelada ao crescimento da economia a partir de 2023. Lula também pretende criar um conselho econômico para discutir a reforma administrativa (mudanças no RH do Estado) em conjunto com os três Poderes e com participação da sociedade, nos moldes do antigo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social criado pelo petista, em 2003, em seu primeiro mandato.

O ex-presidente sinalizou que vai trabalhar para definir um teto efetivo para a remuneração nos três Poderes, sem os penduricalhos que foram sendo criados, e evitar grandes distorções salariais no serviço público. Em tese, o teto hoje é de R$ 39,3 mil, mas, na prática, servidores conseguem contracheques acima desse valor com os penduricalhos.

"A proposta é gradual e leva em conta o crescimento da economia. À medida que o País volta a crescer, aumenta a receita, e, portanto, ele faz o plano, como fez em 2003, de gradativamente fazer essa recuperação (salarial)", disse ao Estadão/Broadcast o ex-governador do Piauí Wellington Dias, um dos interlocutores do ex-presidente na área econômica.

Segundo Dias, essa estratégia de recuperação gradual também seria usada para os reajustes do salário mínimo e da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

A última vez que o salário mínimo teve ganho real (acima da inflação) foi no início de 2019, primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro, quando ele assinou um decreto atualizando o valor do piso de acordo com a política de valorização aprovada no governo Dilma Rousseff (PT) e válida de 2016 a 2019. Já a última correção na isenção da tabela do IR (hoje, em R$ 1,9 mil) foi feita em 2015, ainda no governo Dilma.

Crítico de Bolsonaro compra domínio e 'recria' site com críticas ao presidente

Um site que antes era usado para exibir feitos positivos do governo federal passou a publicar críticas e acusações contra o presidente Jair Bolsonaro (PL). O domínio "bolsonaro.com.br" foi comprado este ano por um crítico do chefe do Executivo e, agora, retrata o presidente como uma "ameaça ao Brasil".

O site reúne textos e charges críticos a Bolsonaro - uma delas retrata o presidente da República como Adolf Hitler.

As publicações acusam o chefe do Executivo de "conspirar para enfraquecer a democracia", aplicar uma "política da morte" no âmbito da pandemia de covid-19 e o apontam como expoente do "neofascismo mundial".

Segundo informações de registro do domínio, o site pertence hoje a Gabriel Baggio Thomaz e sofreu sua última alteração em 11 de agosto. A reportagem tentou contato com ele, mas ainda não obteve resposta.

Até 30 de março de 2021, o domínio "bolsonaro.com.br" era usado para a divulgação de atos do governo. "Alguns grandes feitos do governo em menos de um ano" e "ações do governo Bolsonaro para combater o coronavírus" são exemplos de links presentes na versão antiga. O site também continha a biografia do chefe do Executivo e exibia o slogan "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", adotado pelo presidente na campanha eleitoral de 2018.

Hoje, o site conta com uma contagem regressiva para o fim deste ano, apostando na derrota do presidente nas eleições de outubro. No rodapé da página, há o aviso de que o endereço "não é administrado e nem pertence à família Bolsonaro".

O domínio não faz parte dos canais oficiais informados por Bolsonaro no registro da candidatura à reeleição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DocuSigned by:
Diario de Noticias
F30028BECACE477...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que instituí a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://publilegal.diariodenoticias.com.br/